Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	26
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2025	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	503.735.259	
Preferenciais	1.007.470.260	
Total	1.511.205.519	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	26.002.141	20.508.000
1.01	Ativo Circulante	7.487.443	3.296.187
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.880.009	1.800.757
1.01.01.01	Caixas e Bancos	29.760	17.785
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.850.249	1.782.972
1.01.03	Contas a Receber	1.215.760	1.250.811
1.01.03.01	Clientes	1.215.760	1.250.811
1.01.04	Estoques	77.205	73.183
1.01.06	Tributos a Recuperar	168.665	26.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	168.665	26.298
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	145.804	145.138
1.01.08.03	Outros	145.804	145.138
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	93.658	96.569
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.998	22.451
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	46.148	26.118
1.02	Ativo Não Circulante	18.514.698	17.211.813
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.853.141	5.271.497
1.02.01.04	Contas a Receber	118.025	161.063
1.02.01.04.01	Clientes	118.025	161.063
1.02.01.07	Tributos Diferidos	947.251	787.118
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	947.251	787.118
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.787.865	4.323.316
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	146.243	134.987
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	287.776	436.056
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	769.576	850.582
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	3.464.754	2.777.922
1.02.01.10.09	Outros Créditos	119.516	123.769
1.02.02	Investimentos	2.109	2.184
1.02.02.01	Participações Societárias	2.109	2.184
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.109	2.184
1.02.03	Imobilizado	416.412	348.623
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	235.099	216.485
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	181.313	132.138
1.02.04	Intangível	12.243.036	11.589.509
1.02.04.01	Intangíveis	12.243.036	11.589.509
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.075.986	11.420.154
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	167.050	169.355

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	26.002.141	20.508.000
2.01	Passivo Circulante	5.869.402	1.850.428
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	288.665	166.802
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	288.665	166.802
2.01.02	Fornecedores	431.390	331.691
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	431.390	331.691
2.01.03	Obrigações Fiscais	91.871	111.687
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88.848	108.981
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	31.574	0
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	57.274	108.981
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.023	2.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	944.979	584.638
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	322.958	261.702
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	292.555	231.123
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	30.403	30.579
2.01.04.02	Debêntures	492.031	201.954
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	129.990	120.982
2.01.04.03.01	Arrendamentos	129.990	118.345
2.01.04.03.02	Parceria Público-Privada PPP	0	2.637
2.01.05	Outras Obrigações	3.809.160	457.577
2.01.05.02	Outros	3.809.160	457.577
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	378.235	318.066
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.725	2.440
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.560	3.560
	Passivo Regulatório	3.194.744	0
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	229.896	133.511
2.01.06	Provisões	303.337	198.033
2.01.06.02	Outras Provisões	303.337	198.033
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	78.919	76.091
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	224.418	121.942
2.02	Passivo Não Circulante	8.102.032	7.828.865
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.310.726	6.046.697
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.237.865	2.657.562
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.045.116	2.477.358
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	192.749	180.204
2.02.01.02	Debêntures	2.663.334	3.020.079
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	409.527	369.056
2.02.02	Outras Obrigações	86.949	97.179
2.02.02.02	Outros	86.949	97.179
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	13.587	4.730
	Receitas a Apropriar	1.483	4.153
	Outras Contas a Pagar	71.879	88.296
2.02.04	Provisões	1.704.357	1.684.989
2.02.04.02	Outras Provisões	1.704.357	1.684.989

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.104.870	1.065.280
2.02.04.02.05	Provisões	599.487	619.709
2.03	Patrimônio Líquido	12.030.707	10.828.707
2.03.01	Capital Social Realizado	5.996.137	5.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	5.996.137	5.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	43.187	46.067
2.03.03.01	Ativos Próprio	43.187	46.067
2.03.04	Reservas de Lucros	4.498.839	4.594.712
2.03.04.01	Reserva Legal	152.430	152.430
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.716	11.716
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	95.873
2.03.04.10	Plano de Investimentos	4.334.693	4.334.693
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.300.885	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.869	4.001
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	187.790	187.790

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.804.171	5.314.775	1.709.748	5.072.012
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-786.147	-2.350.988	-735.906	-2.157.359
3.03	Resultado Bruto	1.018.024	2.963.787	973.842	2.914.653
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-617.362	-1.216.505	-357.342	-1.150.502
3.04.01	Despesas com Vendas	-129.099	-519.011	-159.789	-419.545
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-285.926	-1.064.741	-284.426	-824.801
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.174	2.060.131	5.045	6.134
3.04.04.01	Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0	2.055.758	0	0
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	1.174	4.373	5.045	6.134
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-203.511	-1.692.884	81.828	87.710
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-27.881	20.222	128.280	226.097
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14.139	-42.418	-12.515	-37.546
3.04.05.03	Provisão Passivo Regulatório	-139.110	-1.541.818	0	0
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-18.849	-121.323	-28.881	-86.634
3.04.05.05	Outras Despesas Operacionais	-3.532	-7.547	-5.056	-14.207
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	400.662	1.747.282	616.500	1.764.151
3.06	Resultado Financeiro	48.838	52.907	-48.825	-176.449
3.06.01	Receitas Financeiras	379.450	2.785.169	100.879	288.363
3.06.02	Despesas Financeiras	-330.612	-2.732.262	-149.704	-464.812
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-252.789	-829.989	-149.704	-464.812
3.06.02.02	Provisão Passivo Regulatório	-77.823	-1.652.925	0	0
3.06.02.03	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0	-249.348	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	449.500	1.800.189	567.675	1.587.702
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-203.099	-81.947	-190.146	-455.225
3.08.01	Corrente	-162.781	-242.081	-160.994	-387.438
3.08.02	Diferido	-40.318	160.134	-29.152	-67.787
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.401	1.718.242	377.529	1.132.477

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	lgual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	246.401	1.718.242	377.529	1.132.477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,16814	1,17253	0,25763	0,7728
3.99.01.02	ON	0,15286	1,06594	0,23421	0,70255
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,16814	1,17253	0,25763	0,7728
3.99.02.02	ON	0,15286	1,06594	0,23421	0,70255

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	246.401	1.718.242	377.529	1.132.477
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-998	-3.012	-1.030	-3.206
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.445	-4.363	-1.521	-4.680
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	491	1.483	517	1.591
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-66	-200	-39	-177
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	22	68	13	60
4.03	Resultado Abrangente do Período	245.403	1.715.230	376.499	1.129.271

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.406.035	2.061.312
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.965.392	1.974.603
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.718.242	1.132.477
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	460.228	412.568
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	8.597	10.354
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-3.062	-1.202
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	178.043	-24.911
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	159.695	92.402
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-160.133	67.788
6.01.01.09	Provisão para Contingências	-20.222	-226.098
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	42.418	37.546
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	409.841	359.138
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	98.341	69.215
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	52.864	35.679
6.01.01.14	Juros e Atualizações Monetárias PPP	84	0
6.01.01.15	Variações Cambiais, líquidas	-6.827	14.033
6.01.01.16	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	22.386	-8.975
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	4.822	4.768
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	75	-179
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.440.643	86.709
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-81.606	-16.036
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-142.367	14.538
6.01.02.03	Estoques	-4.022	-1.366
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	148.280	151.919
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	-11.844	-86.482
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	108.556	-17.033
6.01.02.07	Impostos e Contribuições	105.596	282.080
6.01.02.08	Salários e Encargos a Pagar	224.339	55.871
6.01.02.09	Cauções e Retenções Contratuais	285	87
6.01.02.10	Receitas a Apropriar	-2.670	-2.670
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-168.752	-311.871
6.01.02.12	Passivo Regulatório	3.194.744	0
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	70.104	17.672
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.842.040	-1.374.342
6.02.01	Aplicação no Imobilizado, Intangível e Ativo de Contrato	-1.842.040	-1.374.342
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-484.743	-297.392
6.03.01	Financiamentos Obtidos	782.509	1.058.152
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-293.489	-440.963
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-415.305	-358.595
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-107.824	-93.576
6.03.05	Pagamentos de PPP	-24.552	0
6.03.06	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-5.002	-4.906
6.03.07	Depósitos Vinculados	-8.345	-54.432
6.03.08	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-412.735	-403.072

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.079.252	389.578
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.800.757	1.285.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.880.009	1.674.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-95.873	-420.369	0	-516.242
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.873	0	0	-95.873
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.369	0	-420.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.721.254	-3.012	1.718.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.718.242	0	1.718.242
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.012	-3.012	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	4.363	-4.363	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Realização	0	0	0	-1.483	1.483	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	200	-200	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-68	68	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	4.498.839	1.300.885	234.846	12.030.707

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-95.326	-224.020	0	-319.346
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.326	0	0	-95.326
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-224.020	0	-224.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.135.683	-3.206	1.132.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.132.477	0	1.132.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.206	-3.206	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	4.680	-4.680	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.591	1.591	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	177	-177	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-60	60	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	3.412.060	911.663	237.471	10.557.331

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	7.607.691	5.360.682
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.714.802	5.461.157
7.01.02	Outras Receitas	2.052.584	-8.073
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-159.695	-92.402
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.359.509	-1.440.217
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-768.096	-723.921
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.022.860	-861.192
7.02.04	Outros	-1.568.553	144.896
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.248.182	3.920.465
7.04	Retenções	-460.228	-412.568
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-460.228	-412.568
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.787.954	3.507.897
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	2.905.253	288.363
7.06.02	Receitas Financeiras	2.905.253	288.363
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.693.207	3.796.260
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.693.207	3.796.260
7.08.01	Pessoal	1.453.027	1.172.527
7.08.01.01	Remuneração Direta	700.280	629.814
7.08.01.02	Benefícios	708.188	500.433
7.08.01.03	F.G.T.S.	44.559	42.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	785.113	1.021.148
7.08.02.01	Federais	775.350	1.010.426
7.08.02.02	Estaduais	477	470
7.08.02.03	Municipais	9.286	10.252
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.736.825	470.108
7.08.03.01	Juros	2.732.262	464.812
7.08.03.02	Aluguéis	4.563	5.296
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.718.242	1.132.477
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	420.369	224.020
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.297.873	908.457

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de setembro de 2025:

Contratos (% da Receita Total)			Índice de	Cobertura	Economias Ativas Totais (em milhares)		
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	22,1%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	99,3%	853,0	844,1
Londrina	7,0%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	99,6%	261,5	262,7
Maringá	5,4%	14,9 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	177,6	200,0
Cascavel	3,8%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	140,4	155,3
Foz do lguaçu	3,6%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	83,8%	126,5	106,7
Ponta Grossa	3,1%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	92,7%	167,5	154,6
São José dos Pinhais	2,9%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	89,3%	124,7	109,7
Colombo	1,8%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	77,7%	89,4	69,1
Guarapuava	1,7%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	89,0%	74,4	64,6
Toledo	1,6%	22,7 anos	Água e Esgoto	100%	93,9%	67,5	62,2
Demais Municípios	47,0%					2.290,9	1.521,9
Totais				100,0%	81,9%	4.373,4	3.550,9

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 81,9%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,6% do total de ligações de água existentes em 30 de setembro de 2025.

O número de ligações de água em setembro de 2025 é 1,3% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2024, representando um incremento de 44.092 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	SET/25 (1)	%	SET/24 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.188.711	90,6	3.153.124	90,8	1,1
Comercial	261.942	7,5	254.376	7,3	3,0
Industrial	13.887	0,4	13.707	0,4	1,3
Utilidade Pública	25.031	0,7	24.811	0,7	0,9
Poder Público	28.526	0,8	27.987	8,0	1,9
Totais	3.518.097	100,0	3.474.005	100,0	1,3

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O número de ligações de esgoto em setembro de 2025 é 2,9% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2024, representando acréscimo de 72.939 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	SET/25 (1)	%	SET/24 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.373.089	90,3	2.309.481	90,4	2,8
Comercial	213.558	8,1	205.531	8,0	3,9
Industrial	6.752	0,3	6.471	0,3	4,3
Utilidade Pública	17.204	0,7	16.789	0,7	2,5
Poder Público	16.750	0,6	16.142	0,6	3,8
Totais	2.627.353	100,0	2.554.414	100,0	2,9

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

No 3T25, o volume medido de água tratada foi de 138,6 milhões de m³, contra 136,8 milhões de m³ no 3T24, representando um acréscimo de 1,3%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m³*	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	116,9	115,5	1,2	358,0	355,2	0,8
Comercial	11,4	11,1	2,7	34,1	33,5	1,8
Industrial	3,3	3,1	6,5	9,7	9,0	7,8
Utilidade Pública	1,5	1,5	0,0	4,4	4,4	0,0
Poder Público	5,5	5,6	-1,8	16,3	16,0	1,9
Totais	138,6	136,8	1,3	422,5	418,1	1,1

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No 3T25 o volume faturado de água tratada foi de 144,5 milhões de m³, contra 142,8 milhões de m³ no 3T24, representando um acréscimo de 1,2%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m³*	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	122,2	120,6	1,3	372,6	370,0	0,7
Comercial	12,4	12,1	2,5	37,1	36,4	1,9
Industrial	3,2	3,3	-3,0	9,7	9,2	5,4
Utilidade Pública	1,2	1,2	0,0	3,6	3,6	0,0
Poder Público	5,5	5,6	-1,8	16,5	16,2	1,9
Totais	144,5	142,8	1,2	439,5	435,4	0,9

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 3T25 apresentou um aumento de 3,0% em comparação ao 3T24, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Esgoto - milhões de m³*	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	99,5	96,6	3,0	301,5	294,3	2,4
Comercial	11,9	11,5	3,5	35,6	34,4	3,5
Industrial	1,0	1,1	-9,1	3,1	3,0	3,3
Utilidade Pública	1,1	1,1	0,0	3,2	3,2	0,0
Poder Público	4,5	4,3	4,7	13,2	12,6	4,8
Totais	118,0	114,6	3,0	356,6	347,5	2,6

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO

O Índice de Perdas por Ligação calculado no padrão SINISA considera o volume de perdas de água definido como a diferença entre o volume produzido, o balanço entre o volume exportado e importado, e o volume micro medido nos hidrômetros, excluindo o volume de serviço (operacional, recuperado e especial), sendo apresentado acumulado para um período de 12 meses.



^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;

⁽¹⁾ Valores acumulados dos últimos 12 meses.

Água*	SET/25 (1)	SET/24 (2)	Var. (1/2)	SET/23 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.373.368	4.306.220	1,6 %	4.267.446	0,9 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.220	1.210	0,8 %	1.270	-4,7 %
Nº de captações de superfície	224	227	-1,3 %	232	-2,2 %
Km de rede assentada	63.156	62.184	1,6 %	61.086	1,8 %
Volume Produzido (m³)	649.024.462	638.277.816	1,7 %	603.591.792	5,7 %
Perdas no faturamento - %	32,28	31,79	0,49 p.p.	31,26	0,53 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	0,50	0,77	-0,27 p.p.	-3,36	4,13 p.p.

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	SET/25 (1)	SET/24 (2)	Var. (1/2)	SET/23 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.550.868	3.444.395	3,1 %	3.369.781	2,2 %
Nº de estações de tratamento	272	267	1,9 %	264	1,1 %
Km de rede assentada	44.125	42.932	2,8 %	41.827	2,6 %
Volume coletado em m³	340.437.371	331.843.494	2,6 %	310.321.968	6,9 %

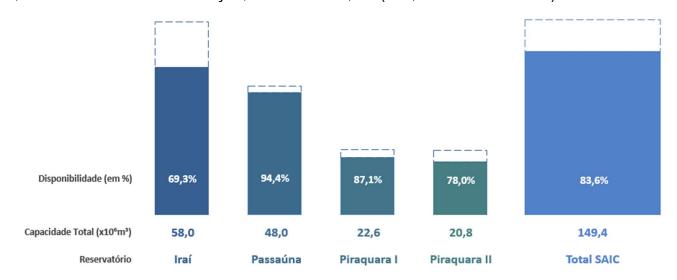
^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

VOLUMES DISPONÍVEIS

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. Em 30 de setembro de 2025, o volume médio de reservação, estava em 83,6% (100,0% em 31/12/2024).



^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Receita de Água	1.147,2	1.086,7	5,6	3.389,0	3.240,5	4,6
Receita de Esgoto	736,2	696,0	5,8	2.153,9	2.049,4	5,1
Receita de Serviços	34,1	35,2	-3,1	103,1	104,0	-0,9
Receita de Resíduos Sólidos	5,2	3,7	40,5	15,0	11,5	30,4
Serviços Prestados aos Municípios	6,6	6,5	1,5	19,6	19,3	1,6
Doações Efetuadas por Clientes	6,8	10,4	-34,6	26,6	31,0	-14,2
Outras Receitas	1,8	2,4	-25,0	7,6	5,5	38,2
Total Receita Operacional	1.937,9	1.840,9	5,3	5.714,8	5.461,2	4,6
COFINS	-109,9	-107,9	1,9	-328,7	-320,2	2,7
PASEP	-23,8	-23,3	2,1	-71,3	-69,0	3,3
Totais das Deduções	-133,7	-131,2	1,9	-400,0	-389,2	2,8
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.804,2	1.709,7	5,5	5.314,8	5.072,0	4,8

A receita operacional líquida aumentou 5,5%, passando de R\$1.709,7 milhões no 3T24 para R\$1.804,2 milhões no 3T25, este aumento é decorrente de: (i) revisão tarifária de 3,7753% a partir de 17 de maio de 2025; (ii) crescimento do volume faturado de esgoto; e (iii) do aumento no número de ligações.

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Pessoal	-423,8	-432,8	-2,1	-1.493,5	-1.240,5	20,4
Materiais	-86,5	-78,3	10,5	-247,6	-235,8	5,0
Energia Elétrica	-106,2	-122,7	-13,4	-317,3	-407,8	-22,2
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-31,2	-11,7	166,7	-57,0	-29,5	93,2
Serviços de Terceiros	-321,6	-275,1	16,9	-882,8	-762,0	15,9
Depreciações e Amortizações	-154,9	-142,0	9,1	-460,2	-412,6	11,5
Perdas na Realização de Créditos	-13,5	-31,3	-56,9	-159,7	-92,4	72,8
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Ambiental	-37,2	-34,8	6,9	-109,2	-105,0	4,0
Taxa de Regulação	-9,6	-9,2	4,3	-28,8	-27,5	4,7
Doações Incentivadas (IRPJ)	-1,6	0,0	-	-9,7	0,0	-
Indenizações por Danos a Terceiros	-19,7	-47,8	-58,8	-48,3	-90,8	-46,8
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	-0,7	-0,3	133,3	-5,1	-7,5	-32,0
Taxa, Alvaras e Licenciamento	-3,0	-0,6	400,0	-5,7	-8,6	-33,7
Despesas Capitalizadas	37,0	34,8	6,3	98,8	92,3	7,0
Provisões para Contingências	-27,9	128,3	-121,7	20,2	226,1	-91,1
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14,1	-12,5	12,8	-42,4	-37,5	13,1
Programa de Participação nos Resultados	-18,8	-28,8	-34,7	-121,3	-86,6	40,1
Receita de Venda de Ativos	1,1	4,8	-77,1	4,1	5,7	-28,1
Baixas de Ativos	-3,3	-3,6	-8,3	-5,5	-9,2	-40,2
Outros Custos e Despesas	-22,0	-29,6	-25,7	-81,4	-78,7	3,4
Subtotal	-1.257,5	-1.093,2	15,0	-3.952,4	-3.307,9	19,5
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0,0	0,0	-	2.055,8	0,0	-
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	-146,0	0,0	-	-1.670,9	0,0	-
Total Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	-1.403,5	-1.093,2	28,4	-3.567,5	-3.307,9	7,8

Os custos e despesas operacionais tiveram um aumento no 3T25 de 28,4% em relação ao 3T24. As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Redução de 2,1%, principalmente pelo registro de Indenizações Trabalhistas registradas no 3T25 no montante de R\$78,3 milhões, 23,6% inferior aos valores registrados no 3T24 (R\$102,5 milhões) e também pela redução no número de empregados que passou de 6.066 no 3T24 para 5.843 no 3T25, em função do Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Materiais

Acréscimo de 10,5%, principalmente em material de tratamento (aumento de 3,6%), que representa 58,2% do total da rubrica de materiais no trimestre, e também em material de manutenção eletromecânica (61,7%), material de manutenção de redes (26,7%) e material de laboratório (29,2%).

Energia Elétrica

Redução de 13,4%, principalmente pelo reflexo da migração de 837 unidades consumidoras operacionais da Companhia para o Mercado Livre de Energia até o 3T25.

Serviço de Operação de Esgoto - PPP

Crescimento de 166,7%, principalmente pelo efeito comparativo considerando o início das atividades no 3T25 das Parcerias Público-Privada – PPP na operação do sistema de esgotamento sanitário nos municípios das Microrregiões Centro-Leste (MRAE2) e Oeste (MRAE3) do Paraná.

Serviços de Terceiros

Aumento de 16,9%, principalmente em serviços de cadastro e faturamento (aumento de 77,6%), serviços técnicos profissionais (aumento de 84,5%), serviços de cobrança (aumento de 58,1%), serviços de manutenção de redes (aumento de 7,6%), serviços de veiculação, publicidade e propaganda (aumento de 108,6%) e serviços de vigilância (aumento de 12,4%).

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 9,1%, pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de outubro de 2024 a setembro de 2025, no montante de R\$1.970,2 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Redução de 56,9%, principalmente em função dos esforços intensificados da Companhia nas ações de negociação de débitos com clientes da categoria particular, o que resultou na diminuição do saldo de recebíveis em aberto. Destaca-se, nesse contexto, a negociação de valores relevantes com clientes da região de Londrina, que contribuiu para uma menor necessidade de PECLD, com impacto aproximado de R\$8,3 milhões no 3T25.

Indenizações por Danos a Terceiros

Redução de 58,8%, principalmente em função do impacto na base comparativa decorrente do reconhecimento, no 3T24, de R\$47,8 milhões referentes à baixa de ações cíveis. Dentre essas, destaca-se a baixa parcial de R\$28,5 milhões relacionada a ação movida por condomínios residenciais de municípios do Litoral do Paraná, contestando valores tarifários praticados pela Companhia. As demais ações referiam-se, principalmente, a cobranças indevidas e pleitos por danos morais e materiais, anteriormente registradas como provisões contingenciais passivas. Esse efeito foi parcialmente compensado, no 3T25, pelo reconhecimento de R\$15,0 milhões relativos à reparação por danos morais coletivos a consumidores de Ponta Grossa, em decorrência da interrupção no fornecimento regular de água.

Provisões para Contingências

Aumento de 121,7%, influenciado principalmente pelo impacto na base comparativa do 3T24, quando ocorreram elevadas reversões de provisões trabalhistas, totalizando R\$99,3 milhões por baixas definitivas e arquivamentos processuais (incluindo R\$12,3 milhões relativos ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná – SENGE), além de reversões cíveis de R\$100,6 milhões, motivadas principalmente pela reclassificação de risco contingencial de "provável" para "possível" em processos por danos morais na cidade de Maringá (R\$63,5 milhões) e pela baixa parcial de ação sobre valores tarifários no Litoral do Paraná (R\$27,8 milhões). No 3T25, a variação foi impactada pela constituição de provisão complementar cível de R\$111,5 milhões, especialmente em função da alteração na probabilidade de perda e ajuste do valor da ação de indenização em razão de alegada desapropriação indireta de imóvel no Município de Andirá (R\$87,3 milhões), compensada por reversões de R\$49,9 milhões em ações cíveis, incluindo processos em Piraquara e do Ministério Público do Paraná (R\$30,3 milhões). Adicionalmente, no âmbito trabalhista, houve reversões no montante de R\$60,2 milhões (R\$13,6 milhões referentes a ações judiciais movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná – SENGE), compensadas pela constituição de provisões complementares de R\$54,7 milhões, principalmente relacionadas a horas extras, equiparação salarial, sobreaviso, vale alimentação e insalubridade.

Programa de Participação nos Resultados - PPR

Redução de 34,7% relacionado principalmente pela diminuição do lucro líquido do 3T25 em comparação ao 3T24.

Provisão Passivo Regulatório/Honorários

Atualização dos registros referentes à Provisão Regulatória, que representa o valor a ser compartilhado com os clientes da Companhia, à razão de 75% do valor do ganho da ação do indébito tributário do IRPJ (Precatórios a Receber), conforme regra atual de compartilhamento estabelecida pela Agepar, além dos honorários advocatícios relacionados.

PÁGINA: 18 de 69

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Receitas Financeiras	(-/	(-/	()	(0)	(-/	(5. 1)
Aplicações Financeiras	113,7	45,4	150,4	245,6	145,8	68,4
Variações Monetárias Ativas	22,6	30,5	-25,9	71,3	81,6	-12,6
Variações Cambiais Ativas	6,5	4,7	38,3	20,5	4,7	336,2
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	0,0	6,3	-100,0	27,6	18,7	47,6
Outras Receitas Financeiras	12,5	14,0	-10,7	43,5	37,6	15,7
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	-8,8	0,0	-	-120,1	0,0	-
Subtotal	146,5	100,9	45,2	288,4	288,4	0,0
Juros Auferidos - Receita Precatórios	47,5	0,0	_	2.247,5	0,0	_
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	185,5	0,0	-	249,3	0,0	-
Totais das Receitas Financeiras	379,5	100,9	276,1	2.785,2	288,4	865,7
Despesas Financeiras						
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos,						
Debêntures, Arrendamentos e PPP	-169,1	-124,9	35,4	-437,7	-372,3	17,6
Variações Monetárias Passivas	-17,9	-11,8	51,7	-91,2	-63,1	44,5
Variações Cambiais Passivas	0,0	-7,6	-100,0	-13,7	-18,7	-26,7
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-11,7	-5,3	120,8	-50,0	-9,7	415,5
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais	-18,0	0,0	-	-200,4	0,0	-
Outras Despesas Financeiras	-36,1	-0,1	36.000,0	-37,0	-1,0	3.600,0
Subtotal	-252,8	-149,7	68,9	-830,0	-464,8	78,6
Provisão Passivo Regulatório	-77,9	0,0	-	-1.653,0	0,0	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0,0	0,0	-	-249,3	0,0	-
Totais das Despesas Financeiras	-330,7	-149,7	120,9	-2.732,3	-464,8	487,8
Resultado Financeiro	48,8	-48,8	-200,0	52,9	-176,4	-130,0

O resultado financeiro variou 200,0% passando de -R\$48,8 milhões no 3T24 para R\$48,8 milhões no 3T25. As Despesas Financeiras aumentaram 120,9%, passando de -R\$149,7 milhões no 3T24 para -R\$330,7 no 3T25, proveniente principalmente de ampliação nas despesas financeiras com (i) Provisão Passivo Regulatório, (ii) Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures, Arrendamentos e PPP, e (iii) Ajustes a Valor Presente dos Ativos Financeiros Contratuais. Por outro lado, as Receitas Financeiras cresceram 276,1%, passando de R\$100,9 milhões no 3T24 para R\$379,5 milhões no 3T25, reflexo principalmente da majoração de receitas decorrentes de (i) Ajuste a Valor Justo – Precatórios a Receber e (ii) Aplicações Financeiras.

Resultado Econômico - R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Resultado Operacional	400,7	616,5	-35,0	1.747,3	1.764,1	-1,0
Resultado Financeiro	48,8	-48,8	-200,0	52,9	-176,4	-130,0
Tributos sobre o Lucro	-203,1	-190,2	6,8	-82,0	-455,3	-82,0
Lucro Líquido	246,4	377,5	-34,7	1.718,2	1.132,4	51,7

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$246,4 milhões no 3T25, representando uma redução de 34,7% em comparação com os R\$377,5 milhões apurados no 3T24. Esse resultado foi impactado negativamente, principalmente, pelo aumento de 15,0% no total de custos e despesas, que superou o impacto trazido pelo acréscimo de 5,5% na receita operacional líquida no mesmo período.

PÁGINA: 19 de 69

Apresentamos a seguir o cálculo do Lucro Líquido e EBITDA sem efeito dos itens não Recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões	3T25	3T24	9M25	9M24
Lucro Líquido	246,4	377,5	1.718,2	1.132,4
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	-44,9	0,0	-4.303,2	0,0
Provisão Passivo Regulatório/Honorários/AVJ	38,3	0,0	3.323,8	0,0
COFINS/PIS-PASEP s/ Receita de Precatórios - Ação IRPJ	2,1	0,0	104,5	0,0
Programa de Participação nos Resultados - PPR	-6,8	0,0	67,1	0,0
Plano de Demissão Voluntária - PDV	2,2	0,0	174,0	0,0
PCLD Complementar - Efeito Vagão Parcelamentos	1,5	0,0	94,5	0,0
Provisão Contingencial Construtora Itaú	0,0	0,0	54,0	0,0
Provisão Contingencial Município de Andirá	87,3	0,0	87,3	0,0
Atualização Termo de Compromisso IBAMA	35,9	0,0	35,9	0,0
Alteração na Probabilidade de Perdas de Provável para				
Possível Ação Civil de Maringá	0,0	-63,5	0,0	-63,5
Efeitos Tributários	-100,4	21,6	-338,5	21,6
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	261,6	335,6	1.017,6	1.090,5
% Margem Líquida de itens não recorrentes	14,5	19,6	19,1	21,5
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	784,3	695,0	2.299,6	2.113,3
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	43,5	40,6	43,3	41,7

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada -	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
R\$ milhões	(1)	(2)	(1/2)	(3)	(4)	(3/4)
Remuneração de Pessoal	388,2	408,9	-5,1	1.453,0	1.172,6	23,9
Remuneração a Governos (Tributos)	406,0	378,2	7,4	785,1	1.021,2	-23,1
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	0,1	1,4	-92,9	4,5	5,3	-15,1
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e						
Variações Monetárias)	330,7	149,7	120,9	2.732,3	464,8	487,8
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	420,4	224,0	87,7
Lucro Líquido do Período não distribuído	246,4	377,5	-34,7	1.297,9	908,4	42,9
Total da Riqueza Econômica	1.371,4	1.315,7	4,2	6.693,2	3.796,3	76,3

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a universalização, qualidade dos serviços prestados e atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas e necessárias para atingir a universalização prevista pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.804,2	1.709,7	5,5 %	5.314,8	5.072,0	4,8 %
Lucro Operacional	400,7	616,5	-35,0 %	1.747,3	1.764,1	-1,0 %
Lucro Líquido	246,4	377,5	-34,7 %	1.718,2	1.132,4	51,7 %
% Margem Operacional *	23,2	30,8	-7,6 p.p.	31,5	29,1	2,4 p.p.
% Margem Líquida *	13,7	22,1	-8,4 p.p.	32,3	22,3	10,0 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	2,1	3,6	-1,5 p.p.	15,0	11,2	3,8 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	0,5	1,7	-1,2 p.p.	0,5	1,7	-1,2 p.p.

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 3T25, os ativos totais da Companhia atingiram R\$26.002,1 milhões (R\$20.508,0 milhões em 31/12/2024), enquanto as dívidas totais ao final do 3T25 eram de R\$13.971,4 milhões (R\$9.679,3 milhões em 31/12/2024).

Do montante da dívida total no 3T25, R\$7.255,7 milhões (R\$6.631,3 milhões em 31/12/2024) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando um aumento de 9,4% em relação ao exercício de 2024.

	Referência	SET/25	DEZ/24	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	12.030,7	10.828,7	11,1 %
Valor Patrimonial da Ação *	R\$	7,96	7,17	11,0 %
Grau de Endividamento *	%	53,7	47,2	6,5 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,28	1,78	-28,1 %
Liquidez Seca *	R\$	1,26	1,74	-27,6 %

^{*} Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 3T25, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$555,6 milhões, contra R\$758,5 milhões no 3T24. A margem EBITDA passou de 44,4% para 30,8%.

A geração de caixa operacional no 3T25 foi de R\$4.977,8 milhões, aumento de 501,0% em relação ao 3T24. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 895,9%.

EBITDA - R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Lucro Líquido	246,4	377,5	-34,7	1.718,2	1.132,4	51,7
(+) Tributos sobre o Lucro	203,1	190,2	6,8	82,0	455,3	-82,0
(+) Resultado Financeiro	-48,8	48,8	-200,0	-52,9	176,4	-130,0
(+) Depreciações e Amortizações	154,9	142,0	9,1	460,2	412,6	11,5
EBITDA	555,6	758,5	-26,8	2.207,5	2.176,7	1,4
% Margem EBITDA	30,8	44,4	-13,6 p.p.	41,5	42,9	-1,4 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	895,9	109,2	786,7 p.p.	290,2	94,7	195,5 p.p.

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 3T25 foram de R\$765,1 milhões (R\$503,0 milhões no 3T24), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	3T25 (1)	3T24 (2)	Var. % (1/2)	9M25 (3)	9M24 (4)	Var. % (3/4)
Água	212,9	170,4	24,9	553,3	486,8	13,7
Esgoto	443,8	301,3	47,3	1.108,3	786,9	40,8
Outros Investimentos	108,4	31,3	246,3	202,3	100,6	101,1
Totais	765,1	503,0	52,1	1.863,9	1.374,3	35,6

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$6.631,3 milhões em dezembro de 2024 para R\$7.255,7 milhões em setembro de 2025, representando um aumento de R\$624,4 milhões. A dívida líquida passou de R\$4.830,5 milhões em dezembro de 2024 para R\$1.375,7 milhões em setembro de 2025.

O índice de alavancagem, medido pela relação "Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)" foi de 0,5x no 3T25 (1,7x no 3T24).

O grau de endividamento ficou em 53,7% no fechamento do 3T25 (47,6% no 3T24).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 30 de setembro de 2025:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/04/2046	2.398,3	33,0
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	15/01/2030	616,4	8,5
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	478,3	6,6
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	15/04/2028	428,7	5,9
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	100% do DI	-	15/08/2035	377,7	5,2
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	359,2	4,9
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	317,2	4,4
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	308,3	4,2
BNDES - Avançar	3,59% e 5,60%	IPCA	15/12/2041	300,3	4,1
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	268,8	3,7
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	223,2	3,1
Arrendamento Direito de Uso	12,44%	-	30/06/2030	222,3	3,1
Debêntures 11ª Emissão -3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	208,2	2,9
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	157,9	2,2
BNDES - PAC2	TJLP +1,67% a 2,05%	-	15/07/2029	148,0	2,0
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	80,6	1,1
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	16/03/2026	65,2	0,9
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	25/01/2035	62,5	0,9
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	16/11/2044	50,9	0,7
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	48,3	0,7
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	45,8	0,6
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	35,0	0,5
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	33,5	0,5
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	21,1	0,3
Totais				7.255,7	100,0

^{*} IPCA como componente variável da TLP

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
Até 12 meses	945,0	13,0
de 13 a 24 meses	1.037,4	14,3
de 25 a 36 meses	770,7	10,6
de 37 a 60 meses	1.528,8	21,1
Acima de 60 meses	2.973,8	41,0
Totais	7.255,7	100,0

3. REGULAÇÃO

Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) 2024

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia protocolou o pedido de Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT 2024) junto à Agepar. Em reunião do Conselho Diretor da Agência realizada no dia 09 de abril de 2024, foi homologado o percentual de reajuste tarifário de 2,9577% (conforme ROCD 009/2024), sendo que em 12 de abril 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 19 de 10 de abril de 2024 que aprovou o Reajuste Tarifário da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) para o ano de 2024, a ser aplicada a partir de 17 de maio de 2024.

3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar (Ciclo 2025 – 2028)

Com vistas a realização da 3ª RTP, concluída em maio de 2025, a Agepar realizou, até o momento, as ações destacadas abaixo:

Em 19 de março de 2024, a Agepar publicou a resolução nº 17 de 14 de março de 2024 que aprovou a Metodologia de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico (água e esgoto).

Em 26 de abril de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 20 que aprovou o cronograma para a 3ª RTP dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de junho de 2024 na reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Agência nº 16/2024, a Agepar autorizou abertura de Consulta Pública como procedimento de participação social destinado a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito do "Manual de Revisão Tarifária Periódica de Saneamento Básico dos serviços de água e esgoto".

Em 17 de junho de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 29 de 13 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico de água e esgoto.

Em 12 de setembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 38 de 11 de setembro de 2024, a qual aprova a versão final do Manual de Revisão Tarifária dos serviços de saneamento básico de água e esgoto - NOTA TÉCNICA nº 7/2024-CSB/DRE-AGEPAR.

Em 27 de novembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 45 de 21 de novembro de 2024, alterou o Anexo Único da Resolução Agepar nº 20/2024 — Cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 34ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública, em 18 de dezembro de 2024, pelo prazo de 30 dias, para recebimento de contribuições a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP) dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar.

Em 18 de dezembro de 2024, a Agepar, submeteu à Consulta Pública nº 11/2024, até às 20h30 do dia 17 de janeiro de 2025, a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto (resultados parciais referentes aos temas Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis e Outras Receitas). E em 27 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração, em sua 3ª/2025 Reunião Extraordinária, autorizou o encaminhamento à Agepar do levantamento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), data-base 31/12/2024 (com ativos imobilizados até 31/12/2023), referente à 3ª RTP.

A referida BRR se encontra em fase de fiscalização pela Agepar, podendo sofrer alterações em função da análise da Agência.

Em 25 de fevereiro de 2025 a Agepar tornou pública a análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 11/2024, submetida em 18 de dezembro de 2024.

Em 27 de fevereiro de 2025 a Agepar publicou a Nota Técnica DRE/CSB nº 003/2025, referente à aplicação preliminar das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar, a qual torna público os resultados preliminares dos componentes do modelo econômico-financeiro, incluindo as definições preliminares para Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis, Outras Receitas, Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), Custos Operacionais Eficientes (OPEX), Fator-X, Projeções de Mercado, Avaliação dos Investimentos Projetados, Anuidade Regulatória, Capital de Giro, Base de Remuneração Regulatória, Receita Verificada e Ajustes Compensatórios.

Em 15 de abril de 2025 a Agepar, em sua 6ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, aprovou a tarifa básica média da 3ª RTP para o Ciclo Tarifário 2025 a 2028, estabelecida em R\$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) de água tratada fornecida e esgoto coletado e tratado nos serviços de saneamento básico prestados pela Sanepar, o que representou um índice de correção de 3,7753%, aplicado de forma linear em toda a estrutura tarifária da Sanepar atualmente vigente.

A Nota Técnica e a Planilha do Modelo Econômico-Financeiro da 3ª RTP podem ser acessadas pelo endereço: https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas

Tarifa Social

Em 03 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 32ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública para recebimento de contribuições, pelo período de 30 dias, a respeito da atualização da estrutura tarifária dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar em observância à Lei Federal nº 14.898/2024, que instituiu diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Em 09 de dezembro de 2024, a Agepar, submeteu à Consulta Pública nº 10/2024, no período de 09/12/2024 até 08/01/2025, o assunto a respeito da Implementação da Tarifa Social de Água e

Esgoto instituída pela Lei Federal n.º 14.898/2024. E em 21 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de junho de 2025 a Agepar submeteu à Audiência Pública nº 002/2025 a Nota Técnica nº 009/2025 – AGEPAR/DRE/CSB, a qual contempla a proposta de implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto, instituída pela Lei Federal n.º 14.898/2024, na estrutura tarifária dos serviços de saneamento básico da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Além disso, na referida audiência, a sociedade teve oportunidade de apresentar contribuições à Nota Técnica, as quais estão compiladas no Relatório Circunstanciado das Contribuições Recebidas, disponível no site Agência.

Em 27 de agosto de 2025 a Agepar publicou a Resolução nº 36/2025, que aprovou a criação da nova categoria de Tarifa Social de Água e Esgoto na estrutura tarifária da Sanepar, decorrente da Lei Federal nº 14.898/2024. Esta nova categoria terá desconto de 50% em relação à categoria residencial, aplicado à faixa de consumo fixa (primeira faixa), e o valor do m³ correspondente será estendido aos primeiros 15 m³ consumidos, sendo o consumo excedente cobrado conforme a tarifa da categoria residencial, sem qualquer desconto. Para manutenção da tarifa média vigente de R\$ 6,83, as tabelas tarifárias serão ampliadas em 2,7117%. A estrutura tarifária deverá ser aplicada em até 120 dias. Demais informações sobre o tema estão disponíveis no site da Agepar em https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Leis-e-Atos-3.

4. AGENDA ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

No período o Grupo de Trabalho teve foco na divulgação dos dados no CDP (módulos Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica) e em estabelecer estratégia de reporte nos padrões IFRS S1 e S2. Em agosto, a Sanepar recebeu o Selo Ouro para o seu Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), referente ao ano de 2024. Esta é a 9ª vez que a companhia recebe a premiação realizada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces). O PBGHGP atribui o Selo Ouro a empresas que atendem aos critérios de transparência na publicação de dados sobre a emissão de gases de efeito estufa e são verificados por terceira parte acreditada.

A Companhia ficou entre as 50 empresas mais relevantes do Brasil na Agenda ASG – Anuário de Integridade ESG 2025, produzido pela Insight Comunicação, publicado em agosto de 2025, especializado em informações do setor. Estudo avaliou 2,7 mil empresas e ranqueou as mais atuantes em ações de meio ambiente, social e governança. No pilar Ambiental, o Anuário citou a limpeza diária de 48 quilômetros das praias no Litoral do Paraná durante o verão e a exposição interativa Planeta Água, instalada no Museu do Saneamento, na antiga Estação de Tratamento de Água Tarumã, a primeira do Estado.

Na área da Governança, a Companhia realizou, entre os dias 26 e 28 de agosto de 2025, a semana de integridade, com o tema, o 'futuro é agora', que pela primeira vez contou com participação de empregados terceirizados.

Na área social, podemos destacar o Programa Corporativo Mente Sã, que registrou mais de 270% no acréscimo de ativações em comparação ao mês de setembro de 2024 e ainda as parcerias para implantação do Sanepar Rural.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, em relação ao contrato com o município de Maringá, as partes (Município e Companhia) discutiram judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município e, após percorridas todas as instâncias, com o julgamento do ARE nº 1363547 em 14/02/2025, transitou em julgado o acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR nos autos da Apelação Cível nº 867.874-2. A decisão judicial prevê que o Contrato de Concessão não se extinguirá até que a municipalidade efetue o pagamento da indenização devida à Companhia mediante cumprimento de sentença. Na data de 04/04/2025 o Município de Maringá peticionou nos autos da Ação Civil Pública nº 0009874-25.2009.8.16.0017 requerendo o início do processo de cumprimento da decisão, para a apuração dos valores devidos a título de indenização prévia. Ato contínuo, a Companhia reafirmou nos autos que a apuração dos valores a serem pagos pela municipalidade deverá ocorrer de forma judicial e, até que ocorra a referida indenização, a Companhia continuará prestando os serviços de água e esgoto, conforme previsto no v. acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC — Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB — International Accounting Standards Board, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias — ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários — CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 06 de novembro de 2025.

2.2. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram divulgadas em 20 de fevereiro de 2025.

Novas normas, alterações e interpretações

As emissões e alterações de normas do *International Accounting Standards Board* ("IFRS") e do *International Sustainability Standards Board* ("ISSB"), já efetivas ou previstas para adoção futura, foram avaliadas pela Companhia. As alterações efetuadas pelo IASB que são efetivas para o período ou exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB e o ISSB emitiram/revisaram algumas normas, as quais têm sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis e relatórios de sustentabilidade:

- <u>Alteração da norma IAS 21 Falta de conversibilidade (CPC 02 R3):</u> esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e à divulgação quando uma moeda apresenta restrições de conversibilidade em outra. Com vigência para exercícios iniciados em ou após 1/01/2025, a Companhia confirmou, com base na experiência até o 3T25, que não houve impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis, dado o foco em operações em Real;
- Emissão das normas IFRS S1 e IFRS S2 (ISSB) Requisitos de Divulgação de Sustentabilidade e Riscos Climáticos: estabelecem padrões globais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade (ESG). São obrigatórias no Brasil a partir de 1/01/2026 (Resolução CVM nº 193/2023 CBPS 01 e CBPS 02). A Companhia está avaliando os impactos potenciais para a integração de processos de reporte ESG, especialmente em relação a riscos climáticos;
- <u>Alterações das normas IFRS 9 e IFRS 7 Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros:</u> esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo aqueles vinculados a indicadores de sustentabilidade (ESG). Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- <u>Alterações à IAS 37 Provisões:</u> aprimora critérios para reconhecimento de provisões com vigência estimada para 1/01/2027;
- Emissão da norma IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: substitui IAS 1 e estabelece requerimentos para apresentação e divulgação, introduzindo subtotais obrigatórios na Demonstração do Resultado e regras para medidas de desempenho gerencial (CPC 51 Audiência Pública em andamento). Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em ou após 1/01/2027, com dados comparativos de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis, inclusive quanto à apresentação de receitas reguladas e não reguladas;
- <u>Emissão da norma IFRS 19 Controladas sem obrigação legal de divulgação:</u> estabelece divulgações simplificadas para subsidiárias sem obrigação pública. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em ou após 1/01/2027. A Companhia avaliou que esta norma não é aplicável, tendo em vista que é uma empresa listada na B3 e não possui subsidiárias; e

Projeto IFRS 20 – Atividades Reguladas por Tarifas: norma em fase final de elaboração no IASB, que trata do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios. Esta norma é altamente relevante para a Companhia considerando que atua em setor regulado, e sua vigência é estimada para exercícios iniciando em ou após 1/01/2029. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento desta norma e seu endosso pelo CPC.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração até 2048, com exceção dos contratos de concessões de Andirá (não operado), o qual tem prazo de duração até 2032 e Maringá, o qual tem prazo de duração até 2040. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 30 de setembro de 2025 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 10 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos e financiamentos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis

mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$13.858 e R\$27.716 em 30 de setembro de 2025 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	59.408	(59.408)	118.816	(118.816)
Ativos	_	59.408	(59.408)	118.816	(118.816)
Caixa Econômica Federal	TR	(6.750)	6.750	(13.500)	13.500
BNDES-PAC2	TJLP	(2.461)	2.461	(4.922)	4.922
AVANÇAR BNDES	IPCA	(1.194)	1.194	(2.388)	2.388
FINAME BNDES	IPCA	(396)	396	(792)	792
FINEM BNDES	IPCA	(2)	2	(4)	4
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(885)	885	(1.770)	1.770
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(355)	355	(710)	710
Debêntures - 7ª Emissão	TLP	(1.506)	1.506	(3.012)	3.012
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	DI	(4.111)	4.111	(8.222)	8.222
Debêntures - 10 ^a Emissão	IPCA	(3.967)	3.967	(7.934)	7.934
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(2.187)	2.187	(4.374)	4.374
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Série	IPCA	(3.977)	3.977	(7.954)	7.954
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(7.700)	7.700	(15.400)	15.400
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.181)	3.181	(6.362)	6.362
Debêntures - 13ª Emissão	DI	(10.324)	10.324	(20.648)	20.648
Debêntures - 14ª Emissão	DI	(15.366)	15.366	(30.732)	30.732
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC-FIPE	(3.816)	3.816	(7.632)	7.632
Arrendamento Mercantil Operacional	DI	(3.403)	3.403	(6.806)	6.806
BANCO DO BRASIL - BB-NC1	DI _	(1.685)	1.685	(3.370)	3.370
Passivos	_	(73.266)	73.266	(146.532)	146.532
Efeitos no Lucro antes da tributação		(13.858)	13.858	(27.716)	27.716

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 30 de setembro de 2025 foram, TR de 1,70% e a TJLP de 8,25% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 5,17% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 13,31% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 5,41% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é aumento de 2,9406% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para dezembro de 2025, em relação a última taxa PTAX informada na data de 30/09/2025.

Considerando o valor da dívida em moeda estrangeira de €35.835 mil (R\$223.659), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,2414 para 30 de setembro de 2025 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1735 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,4750, estimamos o provável impacto de R\$6.577 e apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável Impacto	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 2,9406%)	(6.577)	(55.915)	55.915	(111.830)	111.830

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui Política de Dividendos e Política de Gestão de Risco de Tesouraria e Mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de "hedge accounting" para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro os efeitos desse instrumento financeiro derivativo. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 30 de setembro de 2025 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrument	os Financeiros - Co	ntratos de Swa	ар				
Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa (em R\$)	Valor Justo da Posição Passiva (em R\$)	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap (em R\$)
1	Banco Itaú	28/11/2023	24/12/2025	2.381	14.848	12.994	1.854
2	Banco Itaú	28/11/2023	25/06/2026	2.181	13.487	11.774	1.713
3	Banco Bradesco	04/06/2024	25/06/2026	200	1.237	1.146	91
4	Banco Bradesco	04/06/2024	24/12/2026	2.381	14.605	13.485	1.120
5	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2027	2.381	14.478	13.316	1.162
6	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2027	2.381	14.344	13.200	1.144
7	Banco Itaú	04/06/2024	26/06/2028	2.381	14.224	13.103	1.121
8	Banco Itaú	04/06/2024	22/12/2028	2.381	14.070	13.015	1.055
9	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2029	2.381	13.937	12.921	1.016
10	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2029	1.513	8.764	8.176	588
11	Banco Santander	28/11/2024	24/12/2029	868	5.045	5.039	6
12	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2030	2.381	13.665	14.216	(551)
13	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2030	2.381	13.507	14.105	(598)
14	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2031	2.381	13.365	14.060	(695)
15	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2031	1.884	10.457	10.992	(535)
16	Banco Itaú	16/06/2025	24/12/2031	497	2.760	3.002	(242)
17	Banco Itaú	16/06/2025	25/06/2032	2.381	13.071	14.198	(1.127)
18	Banco Santander	16/06/2025	24/12/2032	2.380	12.853	13.977	(1.124)
TOTAL				35.714	208.717	202.719	5.998

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e financiamentos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 30 de setembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.255.705	6.631.335
Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.880.009)	(1.800.757)
Dívida Líquida	1.375.696	4.830.578
Patrimônio Líquido	12.030.707	10.828.707
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,11	0,45

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	5.850.249	1.782.972
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.998	22.451
Depósitos Vinculados	239.901	231.556
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	29.760	17.785
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.333.785	1.411.874
Ativos Financeiros Contratuais	769.576	850.582
Outras Contas a Receber	165.664	149.887
Totais	8.394.933	4.467.107
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.255.705	6.631.335
Fornecedores	444.977	336.421
Outras Contas a Pagar	301.775	221.807
Totais	8.002.457	7.189.563

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos Bancários Livres	708	17.462
Depósitos Bancários Vinculados	29.052	323
	29.760	17.785
Aplicações Financeiras	5.850.249	1.782.972
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.880.009	1.800.757

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificadas no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 — Caixa Exclusivo Sanepar I Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Caixa — Responsabilidade Limitada), Fundo de Investimento Exclusivo do Banco do Brasil (CNPJ 61.585.013/0001-64 - BB Sanepar Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo - Responsabilidade Limitada) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelos CDB's junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 100,3% do CDI (99,50% em 2024). As aplicações em CDB's possuem rentabilidade de 100,5% a 102,0% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Contas a Receber Vincendas	433.524	397.550
Contas a Receber de Parcelamentos	365.468	385.657
Ajuste a Valor Presente	(53.786)	(56.689)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	320.158	322.474
	1.065.364	1.048.992
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	216.101	210.801
De 31 a 60 dias	70.041	70.099
De 61 a 90 dias	30.664	32.996
De 91 a 180 dias	61.116	67.548
Mais de 180 dias	686.548	617.792
Perdas Esperadas na Realização de Créditos (1)	(796.049)	(636.354)
	268.421	362.882
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.333.785	1.411.874
Circulante Não Circulante	1.215.760 118.025	1.250.811 161.063

⁽¹⁾ A partir de 2025 a Companhia passou a provisionar, complementarmente as perdas esperadas já registradas, o efeito vagão de contas vencidas de clientes que possuem saldo de parcelamentos de débitos, considerando o risco de crédito do cliente, em atendimento ao CPC 48.

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

			Ajuste a		
	Contas a	Provisão	Valor		
Descrição	Receber	para Perdas	Presente	30/09/2025	31/12/2024
Prefeituras Municipais	106.843	(55.269)	(29)	51.545	52.545
Particulares	2.057.130	(740.780)	(53.757)	1.262.593	1.342.179
Setor Federal	2.336	-	-	2.336	1.896
Setor Estadual	17.311			17.311	15.254
Saldos no Final do Período	2.183.620	(796.049)	(53.786)	1.333.785	1.411.874

b) A movimentação das perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Saldos no Início do Período	(636.354)	(512.326)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão Baixas, Líquidas das Recuperações	(159.695) -	(124.439) 411
Saldos no Final do Período	(796.049)	(636.354)

c) O saldo de perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Clientes Particulares	(740.780)	(581.839)
Prefeituras Municipais	(55.269)	(54.515)
Totais	(796.049)	(636.354)

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Saldos no Início do Período	(56.689)	(64.136)
Ajuste a Valor Presente	2.903	7.447
Saldos no Final do Período	(53.786)	(56.689)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar (1)	168.665	23.184
Contribuição Social a compensar	-	3.114
Totais	168.665	26.298
Circulante	168.665	26.298

⁽¹⁾ Retenção indevida de IRRF no valor de R\$125.224 efetuada sobre o recebimento dos Precatórios relativos à repetição de indébito tributário de IRPJ decorrente do cumprimento de sentença judicial (Imunidade Tributária Recíproca);

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Reservas mantidas na CAIXA (1)	146.243	134.986
Outros Convênios (2)	93.658	96.570
Totais	239.901	231.556
Circulante	93.658	96.569
Não Circulante	146.243	134.987

⁽¹⁾ Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

9. PRECATÓRIO A RECEBER

Conforme Fato Relevante divulgado em 1º de setembro de 2025, houve depósito, naquela data, do valor relativo à quitação do precatório nº 1189180920244019198, originário do Processo de ação judicial movida contra a União sobre Imunidade Tributária Recíproca de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.

O montante depositado, em favor da Companhia, foi de R\$4.048.899, líquido de honorários advocatícios e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (3%), e passou a integrar o saldo de Caixa e Equivalentes. A Companhia considera que a retenção de Imposto de Renda foi realizada indevidamente e buscará a reintegração deste valor pela via judicial ou administrativa.

Conforme informado na Nota Explicativa 21 – Passivo Regulatório, a Companhia manteve o registro da obrigação para tratar os reflexos regulatórios referente ao compartilhamento na tarifa dos benefícios econômicos originários do precatório.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Empregados	34.543	17.075
Pagamentos Reembolsáveis	2.487	436
Depósitos Dados em Garantia	2.275	1.991
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	124.379	128.630
Despesas Antecipadas	222	270
Títulos e Outros Créditos	1.758	1.485
Totais	165.664	149.887
Circulante	46.148	26.118
Não Circulante	119.516	123.769

⁽¹⁾ Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

⁽²⁾ Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

11. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	30/09/2025
Investimento Não Amortizado	2.310.510	293.550	-	(000,405)	2.604.060
Ajuste a Valor Presente	(1.459.928)	(196.513)	22.382	(200.425)	(1.834.484)
Totais	850.582	(a) 97.037	22.382	(200.425)	769.576

⁽a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 5,54% (4,36% em 2024) que representa o *spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

12. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2024	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	30/09/2025
Projetos e Obras em Andamento	2.674.994	1.607.968	37.076	2.180	(976.252)	-	3.345.966
Estoques para Obras	102.928	83.437	-	-	-	(84.473)	101.892
Obras em Andamento PPP	-	18.605	-	-	(1.709)	-	16.896
Totais	2.777.922	1.710.010	37.076	2.180	(977.961)	(84.473)	3.464.754

Até o 3º trimestre de 2025 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$1.710.009 (R\$1.311.272 no mesmo período de 2024), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Londrina, Umuarama, Piraquara, Telêmaco Borba e Medianeira; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Arapongas, Assis Chateaubriand, Castro e Santo Antônio da Platina. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Cianorte, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá e Campina da Lagoa.

Até o 3º trimestre de 2025 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$37.076 (R\$31.082 no mesmo período de 2024). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,2% (7,2% no mesmo período de 2024).

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas	30/09/2025	31/12/2024		
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	\	/alor Líquido
Bens de Uso Administrativo	433.969	(200.393)	233.576	214.935
Outras Imobilizações	1.588	(65)	1.523	1.550
Direito de Uso em Arrendamento	365.606	(184.293)	181.313	132.138
Totais	801.163	(384.751)	416.412	348.623

Por Natureza				30/09/2025	31/12/2024
	Taxa de				
	Depreciação		Depreciação		
Descrição	Anual	Custo	Acumulada	V	alor Líquido
Terrenos	-	2.921	-	2.921	2.921
Construções Civis	*1,84%	132.101	(30.316)	101.785	97.084
Benfeitorias	*2%	11.251	(1.166)	10.085	2.616
Instalações	*5,83%	14.505	(5.869)	8.636	6.772
Equipamentos	*6,23%	112.093	(53.461)	58.632	56.098
Móveis e Utensílios	*7,14%	56.613	(30.234)	26.379	25.402
Equipamentos de Informática	*19,82%	47.639	(34.375)	13.264	14.865
Veículos	*13,05%	32.331	(23.537)	8.794	6.047
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	22.958	(20.550)	2.408	2.621
Ferramentas	*6,67%	1.734	(950)	784	793
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.411	-	1.411	1.266
Direito de Uso em Arrendamento	*24,98%	365.606	(184.293)	181.313	132.138
Totais		801.163	(384.751)	416.412	348.623

^{*} Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2025	31/12/2024
		Amortização		
Descrição	Custo	Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	7.916.449	(2.537.973)	5.378.476	5.067.367
Sistemas de Esgoto	8.564.853	(2.230.308)	6.334.545	6.071.624
Resíduos Sólidos	9.539	(7.365)	2.174	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(82.619)	42.501	43.907
Direito de Uso em Arrendamento	202.095	(35.045)	167.050	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	109.988	-	109.988	78.694
Outros Ativos Intangíveis	368.140	(159.838)	208.302	158.562
Totais	17.296.184	(5.053.148)	12.243.036	11.589.509

Por Natureza				30/09/2025	31/12/2024
	Taxa de				
	Amortização		Amortização		
Descrição	Anual	Custo	Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	358.577	-	358.577	338.999
Poços	*3,10%	215.548	(49.984)	165.564	160.105
Barragens	*2,67%	269.186	(82.419)	186.767	187.017
Construções Civis	*2,59%	4.480.622	(1.000.344)	3.480.278	3.232.127
Benfeitorias	*2,67%	83.244	(11.523)	71.721	65.042
Tubulações	*2,64%	7.869.434	(2.281.235)	5.588.199	5.392.527
Ligações Prediais	*3,33%	1.187.259	(396.068)	791.191	754.779
Instalações	*5,83%	302.941	(146.585)	156.356	156.360
Hidrômetros	*10%	413.214	(166.444)	246.770	225.607
Macromedidores	*10%	10.798	(6.607)	4.191	3.380
Equipamentos	*6,23%	1.215.818	(504.830)	710.988	673.741
Móveis e Utensílios	*7,14%	8.009	(4.628)	3.381	3.476
Equipamento de Informática	*19,82%	106.442	(91.582)	14.860	13.777
Programas de Informática	*20%	222.680	(111.758)	110.922	61.945
Veículos	*13,05%	22.805	(18.694)	4.111	4.698
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	29.545	(27.683)	1.862	2.093
Ferramentas	*6,67%	378	(282)	96	104
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.823	(1.262)	3.561	3.780
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	50.467	(33.555)	16.912	15.441
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(82.500)	42.500	43.907
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	120	(120)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	_	7.191	-	7.191	2.555
Direito de Uso em Arrendamento	*36,71%	202.095	(35.045)	167.050	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	-	109.988	-	109.988	78.694
Totais		17.296.184	(5.053.148)	12.243.036	11.589.509

^{*} Taxa Média Ponderada

⁽¹⁾ Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;

⁽²⁾ Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Parcerias Público-Privada:

Os ativos vinculados com os contratos de Parcerias Público-Privada (MRAE1 - Microrregião Centro-Litoral, MRAE2 – Microrregião Centro-leste e MRAE3 Microrregião Oeste) no montante de R\$493.851 referem-se a cessão pela Companhia da estrutura relacionada a consecução dos respectivos contratos.

Em 30 de setembro de 2025 o valor contábil para cada categoria de ativos vinculados à Parceria Público-Privada registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2025	31/12/2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	8.712	-	8.712	6.810
Construções Civis	*2,59%	184.050	(42.618)	141.432	86.350
Benfeitorias	*2,67%	4.711	(607)	4.104	1.540
Tubulações	*2,64%	409.324	(111.641)	297.683	238.808
Ligações Prediais	*3,33%	39.281	(12.061)	27.220	17.606
Instalações	*5,83%	6.846	(3.639)	3.207	2.582
Equipamentos	*6,23%	20.526	(9.238)	11.288	5.708
Equipamentos de Informática	*19,82%	1.853	(1.852)	1	-
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	276	(72)	204	153
Ativos de PPP		675.579	(181.728)	493.851	359.557

^{*} Taxa Média Ponderada

Até o 3º trimestre de 2025 foram registrados R\$21.832 como investimentos relacionados com as Parcerias Público-Privada.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

- (i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199.297 decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e
- (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 30 de setembro de 2025 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/09/2025	31/12/2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Construções Civis	1,67%	37.434	(5.174)	32.260	32.730
Tubulações	2,00%	147.315	(23.128)	124.187	126.397
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(2.184)	6.042	6.248
Instalações	6,67%	309	(170)	139	154
Equipamentos	6,00%	6.013	(3.022)	2.991	3.272
Arrendamento - Litoral		199.297	(33.678)	165.619	168.801
Veículos	49,89%	215.007	(106.426)	108.581	56.390
Construções Civis	20,36%	59.712	(18.891)	40.821	32.312
Equipamentos	44,00%	3.866	(1.666)	2.200	811
Equipamentos de Informática	32,03%	89.819	(58.677)	31.142	43.179
Arrendamento - Direito de Uso		368.404	(185.660)	182.744	132.692
Totais		567.701	(219.338)	348.363	301.493
lmobilizado Intangível		365.606 202.095	(184.293) (35.045)	181.313 167.050	132.138 169.355

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.563 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2024	Entradas	Amortizações	30/09/2025
Arrendamento - Litoral	168.801	-	(3.182)	165.619
Veículos	56.390	84.893	(32.702)	108.581
Construções Civis	32.312	16.830	(8.321)	40.821
Equipamentos	811	2.934	(1.545)	2.200
Equipamentos de Informática	43.179	2.419	(14.456)	31.142
Saldo	301.493	107.076	(60.206)	348.363

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2025:

			Depreciações e	Baixas e	Transferência		
Descrição	31/12/2024	Adições	Amortizações	Perdas	de Obras	Transferências	30/09/2025
Imobilizado							
Terrenos	2.921	-	-	-	-	-	2.921
Construções Civis	97.084	190	(1.855)	(1)	6.411	(44)	101.785
Benfeitorias	2.616	-	(152)	-	7.621	-	10.085
Instalações	6.772	-	(610)	(75)	2.549	-	8.636
Equipamentos	56.098	7.163	(4.525)	(154)	-	50	58.632
Móveis e Utensílios	25.402	3.620	(2.495)	(148)	-	-	26.379
Equipamentos de Informática	14.865	1.329	(2.914)	(16)	-	-	13.264
Veículos	6.047	3.697	(950)	-	-	-	8.794
Máquinas, Tratores e Similares	2.621	272	(485)	-	-	-	2.408
Ferramentas	793	64	(73)	-	-	-	784
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.266	145	-	-	-	-	1.411
Direito de Uso em Arrendamento	132.138	104.977	(55.802)	-	-	-	181.313
Totais Imobilizado	348.623	121.457	(69.861)	(394)	16.581	6	416.412
Intangível							
Terrenos	338.999	11.212	-	(53)	8.419	-	358.577
Poços	160.105	15	(1.945)	(256)	8.366	(721)	165.564
Barragens	187.017	-	(5.956)		7.021	(1.315)	186.767
Construções Civis	3.232.127	11.544	(85.070)	(162)	368.621	(46.782)	3.480.278
Benfeitorias	65.042	441	(1.634)		8.820	(948)	71.721
Tubulações	5.392.527	22.567	(145.260)	(83)	363.022	(44.574)	5.588.199
Ligações Prediais	754.779	2.099	(28.193)	(1.773)	66.932	(2.653)	791.191
Instalações	156.360	1.096	(13.174)		12.074	-	156.356
Hidrômetros	225.607	17	(28.095)	(1.739)	50.980	-	246.770
Macromedidores	3.380	-	(417)		1.228	-	4.191
Equipamentos	673.741	30.250	(46.690)	(3.189)	56.926	(50)	710.988
Móveis e Utensílios	3.476	216	(283)	(28)	-	-	3.381
Equipamentos de Informática	13.777	183	(2.248)	(5)	3.153	-	14.860
Programas de Informática	61.945	69.040	(21.670)	(33)	1.640	-	110.922
Veículos	4.698	73	(660)	-	-	-	4.111
Máquinas, Tratores e Similares	2.093	96	(327)	-	-	-	1.862
Ferramentas	104	-	(8)	-	-	-	96
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	3.780	-	(219)	-	-	-	3.561
Proteção e Preservação Ambiental	15.441	-	(2.707)	-	4.178	-	16.912
Concessão do Município de Curitiba	43.907	-	(1.407)	-	-	-	42.500
Bens Patrimoniais a Incorporar	2.555	4.636	-	-	-	-	7.191
Direito de Uso em Arrendamento	169.355	2.099	(4.404)	-	-	-	167.050
Sistemas de Informática em Implantação	78.694	31.294	-	-	-	-	109.988
Total Intangível	11.589.509	186.878	(390.367)	(7.321)	961.380	(97.043)	12.243.036
Total Geral	11.938.132	308.335	(460.228)	(7.715)	(a) 977.961	(b) (97.037)	12.659.448

⁽a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 12);

⁽b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 11).

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E PPP

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e PPP é a seguinte:

					30/09/2025			31/12/2024
				Não			Não	
Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Em Reais:								
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	-	-	-	26	-	26
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 0,88%	-	158.696	149.624	308.320	14.919	298.777	313.696
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	157.948	-	157.948	938	150.843	151.781
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	65.171	-	65.171	68.991	64.891	133.882
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	25.073	20.767	45.840	24.686	38.767	63.453
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	18.324	15.180	33.504	17.745	27.889	45.634
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	-	478.350	478.350	4.824	461.860	466.684
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	29.407	399.297	428.704	10.018	398.964	408.982
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	-	268.768	268.768	2.519	259.484	262.003
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	69.216	78.754	147.970	73.676	126.638	200.314
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	19.500	297.691	317.191	17.379	295.643	313.022
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	729	61.819	62.548	151	32.236	32.387
Arrendamento Direito Uso	13,13%	-	110.490	111.836	222.326	100.966	73.413	174.379
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	19.072	597.312	616.384	31.789	596.707	628.496
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	-	208.198	208.198	2.196	200.944	203.140
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	3.941	355.220	359.161	8.825	342.073	350.898
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.713	32.310	35.023	2.803	34.300	37.103
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	6.231	74.341	80.572	6.435	78.924	85.359
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.658	19.411	21.069	1.600	19.923	21.523
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	3.797	44.556	48.353	3.666	45.733	49.399
Banco do Brasil - NCE 1º Emissão	100% do DI	-	43.773	333.935	377.708	-	-	-
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	19.942	280.346	300.288	18.701	269.466	288.167
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	152	50.731	50.883	-	-	-
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	158.743	2.239.531	2.398.274	138.569	2.049.018	2.187.587
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	-	-	-	2.637	-	2.637
Total em Reais			914.576	6.117.977	7.032.553	554.059	5.866.493	6.420.552
Em Manda Entrangairos								
Em Moeda Estrangeira:	4.050/	FUDO	20,402	400.740	000 450	20 570	400.004	040 700
Banco KfW	1,35%	EURO	30.403 30.403	192.749 192.749	223.152 223.152	30.579	180.204 180.204	210.783 210.783
Total em Moeda Estrangeira			30.403	192.749	223.152	30.579	100.204	210.763
Saldo no Final do Período			944.979	6.310.726	7.255.705	584.638	6.046.697	6.631.335
Empréstimos e Financiamentos			322.958	3.237.865	3.560.823	261.702	2.657.562	2.919.264
Debêntures			492.031	2.663.334	3.155.365	201.762	3.020.079	3.222.033
Arrendamentos			129.990	409.527	539.517	118.345	369.056	487.401
Arrenuamentos			129.990	409.527	539.51/	110.343	309.030	407.407
Parceria Público-Privada PPP			-	-	-	2.637	-	2.637

^{*} IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50.000 mil, sendo que a primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. Até o 3º trimestre de 2025 foi liberado o montante de €50.000 mil e amortizado o montante de €14.286 mil. Na data de 30 de setembro de 2025 havia 18 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €35.714 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 81,45% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 10,84% para uma taxa de 13,31% do CDI (acumulado dos últimos 12 meses).

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

- (i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa incremental aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e
- (ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada incremental aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 30 de setembro de 2025 a taxa média ponderada foi de 13,13%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de "leaseback" de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2024	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2025
Arrendamento - Litoral	313.022	-	15.265	24.718	(35.814)	317.191
Arrendamento - Direito de Uso	174.379	107.076	-	12.881	(72.010)	222.326
Totais	487.401	107.076	15.265	37.599	(107.824)	539.517
Circulante	118.345					129.990
Não Circulante	369.056					409.527

Em 30 de setembro de 2025 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			30/09/2025	31/12/2024
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	49.791	(30.290)	19.501	17.379
Mais de um ano e menos de cinco anos	200.700	(112.048)	88.652	78.106
Acima de cinco anos	282.975	(73.937)	209.038	217.537
Subtotal	533.466	(216.275)	317.191	313.022
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	131.824	(21.334)	110.490	100.966
Mais de um ano e menos de cinco anos	127.189	(15.353)	111.836	73.413
Subtotal	259.013	(36.687)	222.326	174.379
Totais	792.479	(252.962)	539.517	487.401

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2025
Arrendamento - Litoral	380.413
Veículos	116.664
Bens Móveis	38.768
Bens Imóveis	44.525
Total	580.370

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a taxa incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	16.728	51.084	53.188	55.212	57.245	59.322	352.962	645.741
Veículos	15.108	52.757	46.402	24.325	-	-	-	138.592
Bens Móveis	5.593	19.287	15.605	3.019	1.550	-	-	45.054
Bens Imóveis	2.090	9.264	10.878	12.785	15.033	12.977	-	63.027
Total	39.519	132.392	126.073	95.341	73.828	72.299	352.962	892.414

Parceria Público-Privada:

O passivo da parceria público-privada reconhecido contabilmente pela Companhia apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2024	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/09/2025
Parceria Público-Privada - PPP	2.637	21.831	102	(18)	(24.552)	-
Totais	2.637	21.831	102	(18)	(24.552)	-
Circulante	2.637					-

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e parceria público-privada da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/09/2025	31/12/2024
TR	2.398.274	2.187.587
TJLP	193.810	263.767
IPCA	1.946.717	1.844.934
DI	1.954.235	1.636.837
IPC-FIPE	317.191	313.022
EURO	223.152	210.783
Sem Correção Monetária	222.326	174.405
Totais	7.255.705	6.631.335

b) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Debêntures 4ª Emissão	11.034	43.152	25.158	-	-	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	3.881	14.023	14.024	14.024	14.024	14.024	14.024	14.024
Debêntures 9ª Emissão	7.105	150.843	-	-	-	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	-	-	478.350	-	-	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	1.011	64.159	-	-	268.768	-	208.199	-
Debêntures 12ª Emissão (1)	13.907	148.730	149.624	-	-	-	-	355.220
Debêntures 13ª Emissão	29.407	-	-	399.297	-	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	19.072	-	-	-	-	597.312	-	-
Subtotais Debêntures	85.417	420.907	667.156	413.321	282.792	611.336	222.223	369.244
BNDES - PAC2	19.301	60.088	33.975	29.170	5.436	-		
BNDES - AVANÇAR	5.427	19.417	19.307	19.330	19.330	19.330	19.330	19.330
BNDES - FINAME	729	-	399	7.483	8.831	8.831	8.831	8.831
BNDES - FINEM	152	_	-	155	3.178	3.178	3.178	3.178
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	6.573	37.200	37.000	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100
Caixa Econômica Federal	43.618	153.523	159.853	180.379	184.013	183.541	180.612	139.982
Banco KfW	15.595	29.644	29.624	29.624	29.624	29.624	29.697	29.720
Subtotais Empréstimos e								
Financiamentos	91.395	299.872	280.158	303.241	287.512	281.604	278.748	238.141
Arrendamento - Litoral	7.873	17.641	19.522	21.627	23.982	26.622	29.580	32.900
Arrendamento - Direito de Uso	57.036	70.162	58.295	27.344	8.186	1.303	_	_
Subtotais Arrendamentos	64.909	87.803	77.817	48.971	32.168	27.925	29.580	32.900
Parceria Público-Privada PPP								
Subtotal PPP				-	-		-	
Totais	241.721	808.582	1.025.131	765.533	602.472	920.865	530.551	640.285
Descrição	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039 a 2048	Total
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	79.344
Debêntures 7ª Emissão	14.024	14.024	14.024	14.024	14.024	12.849	-	185.017
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	157.948
Debêntures 10 ^a Emissão	-	-	-	-	-	-	-	478.350
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	542.137
Debêntures 12ª Emissão (1)	-	-	-	-	-	-	-	667.481
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	428.704
Debêntures 14ª Emissão				_	_			616.384
Subtotais Debêntures	14.024	14.024	14.024	14.024	14.024	12.849	-	3.155.365
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	147.970
BNDES - AVANÇAR	19.330	19.330	19.330	19.330	19.330	19.330	43.507	300.288
BNDES - FINAME	8.831	8.432	1.350	-	-	-	-	62.548
BNDES - FINEM	3.178	3.178	3.178	3.178	3.178	3.178	18.796	50.883
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	37.100	37.100	37.235	-				377.708
Caixa Econômica Federal	142.136	130.754	134.488	140.247	129.653	109.031	386.444	2.398.274
Banco KfW								223.152
Subtotais Empréstimos e	240 575	198.794	10E E01	162.755	152 161	124 520	449 747	2 560 922
Financiamentos	210.575	130.734	195.581	162.755	152.161	131.539	448.747	3.560.823
Arrendamento - Litoral	36.627	40.813	42.063	17.941	-	-	-	317.191
Arrendamento - Direito de Uso				<u> </u>				222.326
Subtotais Arrendamentos	36.627	40.813	42.063	17.941	-		-	539.517
Parceria Público-Privada PPP								
Subtotal PPP	-	-	-	-	-			-
Totais	261.226	253.631	251.668	194.720	166.185	144.388	448.747	7.255.705
i Otalo	201.220	200.001	231.008	194.720	100.103	144.300	440.141	1.255.105

⁽¹⁾ Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos. Houve repactuação da taxa da 1ª série, passando de CDI+1,08% ao ano para CDI+0,88% ao ano, a partir de 15 de julho de 2024, conforme Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de 12ª emissão de Debêntures.

c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

		30/09/2025		30/09/2024
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	584.638	6.046.697	671.117	5.106.543
Liberações	-	782.509	-	1.058.152
Juros e Taxas sobre Financiamentos	409.841	-	359.138	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	98.341	-	69.215
Transferências	616.165	(616.165)	317.770	(317.770)
Amortizações	(841.170)	-	(893.134)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	476	(656)	37	(175)
Variações Cambiais	(6.827)	-	14.033	-
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	52.864	-	35.679	-
Juros e Atualizações Monetárias PPP	84	-	-	-
Arrendamentos	107.076	-	38.144	-
Parceria Público-Privada PPP	21.832	-	-	-
Saldos no final do período	944.979	6.310.726	542.784	5.915.965

d) Os principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 3º trimestre de 2025 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 4ª Emissão	-	(37.368)
Debêntures 7 ^a Emissão	-	(23.168)
Debêntures 9 ^a Emissão	-	(10.275)
Debêntures 10 ^a Emissão	-	(21.725)
Debêntures 11 ^a Emissão	-	(98.943)
Debêntures 12ª Emissão	-	(59.015)
Debêntures 13 ^a Emissão	-	(27.455)
Debêntures 14 ^a Emissão	-	(78.434)
BNDES - PAC2	-	(65.294)
BNDES - AVANÇAR	15.000	(24.484)
BNDES - FINAME	27.999	(1.907)
BNDES - FINEM	51.667	-
Banco Itaú - PSI	-	(26)
Banco do Brasil - Notas Comerciais Escriturais 1ª Emissão	375.000	-
Caixa Econômica Federal	279.111	(243.906)
Banco KfW	33.732	(16.794)
Subtotal	782.509	(708.794)
Arrendamentos (1)	107.076	(107.824)
Parceria Público-Privada PPP (2)	21.832	(24.552)
Totais	911.417	(841.170)

⁽¹⁾ Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa);

⁽²⁾ Liberações representam entrada de ativos vinculados à PPP (sem impacto no caixa e equivalente de caixa).

e) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 9a, 10a, 11a, 12a, 13a e 14a Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

(v) Covenants do contrato do Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo os novos contratos denominados "Avançar", BNDES FINAME 2023, BNDES FINEM 2024 e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. No caso do contrato BNDES FINEM 2024, deverá atender somente o item covenant EBITDA / Serviço da Dívida.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em relação ao contrato do item (v) referente ao Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de Distribuição Privada, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, deverá manter os índices mencionados conforme descrito no item Y, da cláusula 8ª, a qual também prevê que deverá ser desconsiderado o efeito extraordinário decorrente do registro contábil do Precatório a Receber referente à ação judicial contra a União sobre a Imunidade Tributária Recíproca de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a Pagar	17.504	-
Contribuição Social a Pagar	14.070	-
COFINS a Pagar	41.150	39.684
PASEP a Pagar	8.753	8.554
IPTU a Pagar	1	-
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	10.393	63.449
Totais dos Impostos e Contribuições	91.871	111.687
Circulante	91.871	111.687

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

		30/09/2025		30/09/2024
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição
Descrição	Renda	Social	Renda	Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.800.189	1.800.189	1.587.702	1.587.702
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(450.047)	(162.017)	(396.926)	(142.893)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	105.092	37.833	56.005	20.162
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	7.232	-	11.245	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	300	-	340	-
Provisão Passivo Regulatório	(798.686)	(287.527)	-	-
Receita Precatórios a Receber - Ação IRPJ	1.075.805	387.290	-	-
Doações Incentivos Fiscais	(2.432)	(875)	-	-
Outros	6.017	68	(2.781)	(377)
Totais das Despesas	(56.719)	(25.228)	(332.117)	(123.108)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.9)	947)	(455	.225)
Alíquota Efetiva	4,6	5%	28,	,7%

⁽¹⁾ De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

b) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado <u>sem Efeito dos Precatórios</u>

		30/09/2025		30/09/2024
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição
Descrição	Renda	Social	Renda	Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.800.189	1.800.189	1.587.702	1.587.702
Efeito Líquido Precatórios	(874.872)	(874.872)	-	-
Subtotal	925.317	925.317	1.587.702	1.587.702
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(231.329)	(83.279)	(396.926)	(142.893)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	105.092	37.833	56.005	20.162
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	7.232	-	11.245	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	300	-	340	-
Doações Incentivos Fiscais	(2.432)	(875)	-	-
Outros	6.017	68	(2.781)	(377)
Totais das Despesas	(115.120)	(46.253)	(332.117)	(123.108)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(161.373)		(455.225)	
Alíquota Efetiva	9,	0%	28	,7%

⁽¹⁾ De acordo com a Lei n° 6.321, de 14/04/1976;

⁽²⁾ De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

⁽²⁾ De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
Imposto de Renda	(174.699)	(282.530)
Contribuição Social	(67.381)	(104.907)
Constituição/Realização do Imposto de Renda Diferido	117.980	(49.587)
Constituição/Realização da Contribuição Social Diferida	42.153	(18.201)
Totais	(81.947)	(455.225)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo Estimado				30/09/2025	31/12/2024
	de	Base de	Imposto de	Contribuição		
Descrição	Realização	Cálculo	Renda	Social	Total	Total
ATIVO						
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	45 anos	7.192	1.798	647	2.445	2.514
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	24 anos	1.834.484	458.621	165.104	623.725	496.376
Redução Valor Recuperável Ativos - Residuos Sólidos	15 anos	14.071	3.518	1.266	4.784	5.756
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.183.789	295.947	106.541	402.488	388.066
Arrendamento - Litoral (Ativo)	12 anos	317.192	79.298	28.547	107.845	106.427
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	8 anos	4.163	1.041	375	1.416	1.416
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	599.487	149.872	53.954	203.826	210.701
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	222.326	55.582	20.009	75.591	59.289
AVP de Contas a Receber	5 anos	53.786	13.447	4.841	18.288	19.274
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	414	103	37	140	115
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.659	11.665	4.199	15.864	18.146
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	108.746	27.186	9.788	36.974	5.993
Plano de Demissão Voluntária - PDV	1 ano	120.624	30.156	10.856	41.012	-
Provisão para PPR	1 ano	131.445	32.861	11.830	44.691	40.195
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	266	66	24	90	91
Totais			1.161.161	418.018	1.579.179	1.354.359
PASSIVO						
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	49 anos	4.127	1.032	371	1.403	1.459
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	24 anos	1.355.554	338.889	122.000	460.889	409.702
Reserva de Reavaliação	23 anos	65.435	16.359	5.889	22.248	23.731
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.890	2.972	1.070	4.042	3.983
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	18 anos	91.637	22.909	-	22.909	23.797
Arrendamento - Litoral (Passivo)	12 anos	165.619	41.405	14.906	56.311	57.392
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	10 anos	5.862	1.465	528	1.993	2.061
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	182.744	45.686	16.447	62.133	45.116
Totais			470.717	161.211	631.928	567.241
Total Líquido			690.444	256.807	947.251	787.118

e) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de setembro de 2025, é a seguinte:

	Ativo Fiscal Diferido			Pas	sivo Fiscal Difer	ido
	Imposto de	Contribuição		Imposto de	Contribuição	
Períodos de Realização	Renda	Social	Totais	Renda	Social	Totais
2025	40.808	14.691	55.499	7.446	2.561	10.007
2026	135.516	48.786	184.302	29.785	10.245	40.030
2027	129.443	46.600	176.043	29.785	10.245	40.030
2028	90.592	32.613	123.205	29.785	10.245	40.030
2029	123.443	44.439	167.882	36.638	12.712	49.350
2030 a 2032	141.416	50.910	192.326	61.944	20.866	82.810
2033 a 2035	140.375	50.535	190.910	61.786	20.808	82.594
2036 a 2038	126.277	45.460	171.737	54.108	18.044	72.152
2039 a 2041	94.073	33.866	127.939	50.428	16.720	67.148
2042 a 2044	59.299	21.347	80.646	47.883	16.760	64.643
2045 a 2047	59.299	21.347	80.646	45.998	16.559	62.557
2048 a 2050	19.848	7.145	26.993	14.640	5.270	19.910
2051 a 2053	122	44	166	64	23	87
2054 a 2056	122	44	166	64	23	87
2057 a 2059	122	44	166	64	23	87
2060 a 2062	122	44	166	64	23	87
2063 a 2065	122	44	166	64	23	87
2066 a 2068	122	44	166	64	23	87
2069 a 2071	40	15	55	64	23	87
2072 a 2074	-	-	-	43	15	58
Totais	1.161.161	418.018	1.579.179	470.717	161.211	631.928

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2025 foi de R\$2.670 (R\$2.670 no mesmo período de 2024). O saldo em 30 de setembro de 2025 é de R\$5.043 (R\$9.493 em 2024), sendo R\$3.560 (R\$3.560 em 2024) registrados no passivo circulante e R\$1.483 no passivo não circulante (R\$4.153 em 2024).

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e iv) integração do vale-alimentação.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU e taxas relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba e Londrina. E as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Maringá e Pinhais.

b) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2025
Ações Trabalhistas (i)	451.992	156.923	(23.885)	(257.347)	327.683
Ações Cíveis (ii)	137.495	204.957	(56.338)	(44.228)	241.886
Ações Ambientais (iii)	25.986	2.144	(1.857)	(741)	25.532
Ações Tributárias (iv)	4.236	2.685	(271)	(2.264)	4.386
Totais	619.709	366.709	(82.351)	(304.580)	599.487

Principais eventos no período:

Redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$281.232, em razão do arquivamento e baixas parciais de processos, principalmente de ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, no valor de R\$55.400, compensado pelo complemento de provisões trabalhistas no montante de: i) R\$12.830, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e ii) R\$144.093 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais, bem como o registro de 88 novas ações no período;

Complemento de provisões cíveis (Adições) no montante de: i) R\$87.320 referente a ação de Indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá; ii) R\$54.020 referente ação movida pela Construtora Itaú relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; e iii) R\$63.617 provisionados de ações cíveis devido a decisões judicias, bem como o registro de 113 novas ações no período, compensado pela redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$100.566, principalmente: i) R\$15.398 referente ação movida pela massa falida da Gea

Empreendimentos, relativa a indenização por danos morais, materiais e lucros cessante ii) R\$15.000 referente ao pagamento de reparação e compensação por danos morais coletivos aos consumidores de Ponta Grossa em razão da falta de fornecimento regular de água; iii) R\$10.636 referente ação movida pela Associação de Moradores do Sitio Cercado relativa a questionamentos sobre consumo mínimo e poluição hídrica; e iv) R\$59.532 referente a alterações nos valores provisionados e pelo encerramento de ações judiciais de indenização por danos morais e materiais, dentre elas destacam-se as indenizações por corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto.

Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

	Passivos Contingentes	
Natureza	30/09/2025	31/12/2024
Ações Trabalhistas (i)	57.888	76.052
Ações Cíveis (ii)	1.427.430	1.408.775
Ações Ambientais (iii)	354.956	286.292
Ações Tributárias (iv)	53.263	23.203
Totais	1.893.537	1.794.322

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

	Depós	sitos Judiciais
Natureza	30/09/20	025 31/12/2024
Ações Trabalhistas (i)	186.5	28 323.702
Ações Cíveis (ii)	69.4	09 84.483
Ações Ambientais (iii)	19.30	00 14.346
Ações Tributárias (iv)	12.5	39 13.525
Totais	287.7	76 436.056

Principais eventos no período de 2025:

Baixas de depósitos judiciais de natureza trabalhistas em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$252.495, compensado pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R\$115.321, dos quais novos depósitos judiciais e atualizações se referem a ações movidas pelo Sindicado dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, que estão relacionadas com diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, no montante de R\$12.709;

Baixas de depósitos judiciais de natureza cível em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$35.041, compensado pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R\$19.967 que estão relacionadas principalmente com cobrança indevida de clientes e danos morais e materiais.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria Fusanprev que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Até o 3º trimestre de 2025 a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$35.434 (R\$32.299 no mesmo período de 2024) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 65,7% pela patrocinadora e 34,3% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3º trimestre de 2025, o montante de R\$86.028 (R\$79.740 no mesmo período de 2024).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica		31/12/2024
Circulante Não Circulante	25.380 355.316	53.539 749.554	78.919 1.104.870	76.091 1.065.280
Totais	380.696	803.093	1.183.789	1.141.371

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2025:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2025
Custo do Serviço Corrente	5.464	1.839	7.303
Custo dos Juros	152.546	86.804	239.350
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(111.287)	-	(111.287)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(30.220)	(48.587)	(78.807)
Totais	16.503	40.056	56.559

O montante de R\$56.559 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2025, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 3º trimestre de 2025 o montante de R\$42.418 (R\$37.546 no mesmo período de 2024). No final do exercício de 2025 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev referente ao Exercício de 2021, no valor de R\$81.152 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$367. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,31% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev. O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 — Benefícios a empregados.

As contribuições da Companhia até o 3º trimestre de 2025, foram de R\$4.022. Em 2024 foram amortizadas 12 parcelas no montante de R\$5.140. As parcelas de abril de 2023 a março de 2024 foram amortizadas utilizando o saldo do Fundo de Desligamento do plano Fusanprev no montante de R\$5.012, sem desencaixe financeiro para a Companhia.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

	Ativ	/ 0	Pass	sivo	Rec	eita	Custo /	Despesa
Descrição	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	78.927	86.906	-	-	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	141.535	131.322	-	-
Contas a Receber	17.311	15.254	-	-	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	15.004	11.519	-	-
Serviços de Cobrança Taxa Coleta de Lixo					19.639	19.275		
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	105.611	103.494	-	-
Contas a Receber	51.545	52.545	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão								
Ambiental	-	-	41.378	34.342	-	-	109.162	103.373
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	-	-	526	496
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	121.462	112.039
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	5	49
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	17	14	-	-	244	136
Solução Colaboração Google Wokspace	20.940	-	20.319	-	-	-	698	-
Investimento em Ação	5	5	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	12	12	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	-	-	-	2.786	4.118
Ceasa								
Destinação de Resíduos Orgânicos	-	-	-	-	508	729	-	-
Total	89.813	67.816	140.641	121.262	282.297	266.339	234.883	220.211

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovada pela 61ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2025, no montante global de R\$18.565. Para o exercício de 2024 a aprovação se deu pela 60ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de R\$17.752.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
Remuneração	9.102	8.646
Encargos e Benefícios	3.122	3.116
Encargos Sociais	2.921	2.929
Plano de Saúde (Sanesaúde)	89	88
Plano de Previdência (Fusanprev)	112	96
Programas Complementares	-	3
Totais	12.224	11.762

21. PROVISÃO PASSIVO REGULATÓRIO

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 – Precatório a Receber, e considerando as regras da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), que considera o percentual de 75% de compartilhamento da rubrica de "Ganhos com Recuperação de Créditos Fiscais", até o 3T25 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$3.194.744, registrada no Passivo Circulante.

O passivo regulatório foi reconhecido na proporção de 75% do valor do precatório, líquido de Cofins/Pasep e será atualizado mensalmente pelo WACC regulatório mais a inflação (IPCA), conforme previsto no item 3.14 — Ajustes Compensatórios, da Nota Técnica 07/2024 da Agepar.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	76.546	56.633
Convênios com Municípios	29.008	26.381
Cauções e Valores a Reembolsar	27.389	15.258
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	354	365
Parcelamento IAT (3)	595	1.197
TCCM IBAMA (4)	123.505	87.631
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	41.378	34.342
Outras Contas a Pagar	3.000	-
Totais	301.775	221.807
Circulante	229.896	133.511
Não Circulante	71.879	88.296

- (1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;
- (2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis IBAMA;
- (3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra IAT;
- (4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis IBAMA no ano de 2012, no montante de R\$ 87.631, atualizado monetariamente até o mês de setembro/25 com saldo de R\$123.505, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno".

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2025, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$7,96 (R\$7,17 em 31 de dezembro de 2024).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2025 é de R\$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

	Número de Ações					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	0,0	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	72.504.445	14,4	341.920.308	33,9	414.424.753	27,4
Demais Investidores	128.577.039	25,5	659.987.986	65,5	788.565.025	52,2
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o 3º trimestre de 2025, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.880 (R\$3.089 no mesmo período de 2024), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
Saldos no início do período	46.067	50.164
Realização da Reserva de Reavaliação	(4.363)	(4.680)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.483	1.591
Saldos no final do período	43.187	47.075

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$132 (R\$117 no mesmo período de 2024), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
Saldos no início do período	4.001	4.205
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(200)	(177)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	68	60
Saldos no final do período	3.869	4.088

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

f) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 28 de abril de 2025, a 61ª Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2024, no montante bruto de R\$462.869, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representava R\$412.864, os quais foram pagos em junho de 2025. O valor de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos, que excedeu o dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$95.873, foi transferido de Reserva de Lucros no Patrimônio Líquido para o Passivo Circulante, após aprovação da AGO.

g) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2024	2023
Ações Ordinárias	0,28714	0,28064
Ações Preferenciais	0,31586	0,30870
Valor para 1 "Unit"	1,55060	1,51544

Em junho de 2025, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou na 12ª/2025 Reunião Extraordinária, de 18 de junho de 2025, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2025. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o 1º semestre de 2025, foi de R\$420.369, sendo retido o valor de R\$43.339 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$142.926.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/09/2025	30/09/2024
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	536.951	353.899
Ações preferências	1.181.291	778.578
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferênciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	1,06594	0,70255
Por ação preferencial	1,17253	0,77280

24. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas				
Receitas de Água	1.147.157	1.086.699	3.388.977	3.240.487
Receitas de Esgoto	736.131	695.966	2.153.860	2.049.393
Receitas de Serviços	34.168	35.185	103.123	103.969
Receitas de Resíduos Sólidos	5.168	3.708	15.004	11.519
Serviços Prestados a Prefeituras	6.652	6.513	19.639	19.275
Doações efetuadas por Clientes	6.807	10.327	26.610	30.960
Outras Receitas	1.833	2.439	7.589	5.554
Totais das Receitas Operacionais	1.937.916	1.840.837	5.714.802	5.461.157
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(109.888)	(107.846)	(328.671)	(320.153)
PASEP	(23.857)	(23.243)	(71.356)	(68.992)
Totais das Deduções	(133.745)	(131.089)	(400.027)	(389.145)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.804.171	1.709.748	5.314.775	5.072.012

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$75.332 (R\$58.328 no mesmo período de 2024), até o 3º trimestre de 2025, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

		01/07/2025	5 a 30/09/2025		01/07/2024	a 30/09/2024
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(119.809)	(55.126)	(174.935)	(109.134)	(52.391)	(161.525)
Materiais	(41.714)	(29.389)	(71.103)	(34.981)	(29.226)	(64.207)
Energia Elétrica	(90.904)	(15.311)	(106.215)	(105.752)	(16.911)	(122.663)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(31.265)	(31.265)	-	(11.721)	(11.721)
Serviços de Terceiros	(114.029)	(77.660)	(191.689)	(104.532)	(74.497)	(179.029)
Depreciações e Amortizações	(63.748)	(60.884)	(124.632)	(56.648)	(54.835)	(111.483)
Indenizações por Danos a Terceiros	(16.244)	(1.002)	(17.246)	(5.798)	(2.238)	(8.036)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(20.287)	(16.853)	(37.140)	(18.844)	(15.959)	(34.803)
Outros Custos	(24.825)	(7.097)	(31.922)	(34.322)	(8.117)	(42.439)
Totais	(491.560)	(294.587)	(786.147)	(470.011)	(265.895)	(735.906)
		01/01/2025	5 a 30/09/2025		01/01/2024	a 30/09/2024
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(419.179)	(188.611)	(607.790)	(324.524)	(156.413)	(480.937)
Materiais	(121.301)	(84.454)	(205.755)	(108.833)	(85.036)	(193.869)
Energia Elétrica	(272.022)	(45.301)	(317.323)	(352.770)	(54.986)	(407.756)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(57.046)	(57.046)	-	(29.523)	(29.523)
Serviços de Terceiros	(325.692)	(223.492)	(549.184)	(283.571)	(200.821)	(484.392)
Depreciações e Amortizações	(185.947)	(179.663)	(365.610)	(164.776)	(160.271)	(325.047)
Indenizações por Danos a Terceiros	(27.131)	(6.883)	(34.014)	(8.721)	(3.292)	(12.013)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(59.242)	(49.920)	(109.162)	(56.855)	(48.146)	(105.001)
Outros Custos	(83.331)	(21.773)	(105.104)	(94.894)	(23.927)	(118.821)

⁽¹⁾ Valor impactado, principalmente, pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no período.

26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Comerciais				
Pessoal (1)	(39.054)	(37.512)	(146.869)	(114.450)
Materiais	(2.202)	(2.722)	(6.759)	(7.721)
Serviços de Terceiros	(68.412)	(47.377)	(180.516)	(144.828)
Depreciações e Amortizações	(3.322)	(3.139)	(10.073)	(9.015)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(13.513)	(31.297)	(159.695)	(92.402)
Indenizações por Danos a Terceiros	(770)	(34.552)	(8.503)	(44.171)
Programa Sanepar Rural	(1.163)	(1.845)	(4.064)	(4.798)
Outras Despesas	(663)	(1.345)	(2.532)	(2.160)
Totais das Despesas Comerciais	(129.099)	(159.789)	(519.011)	(419.545)
Administrativas				_
Pessoal (1)	(209.821)	(233.774)	(738.807)	(645.109)
Materiais	(13.209)	(11.363)	(35.132)	(34.215)
Serviços de Terceiros (2)	(68.319)	(48.734)	(282.159)	(132.784)
Depreciações e Amortizações	(27.019)	(27.314)	(84.545)	(78.506)
Taxa de Regulação	(9.606)	(9.159)	(28.817)	(27.478)
Despesas com Viagens	(2.087)	(1.774)	(5.884)	(4.622)
Custas Legais e Judiciais	(3.973)	(3.714)	(7.050)	(6.688)
Doações Incentivadas (IRPJ)	(1.610)	-	(9.730)	-
Programas Sociais e Ambientais	(1.477)	(3.219)	(15.289)	(13.094)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.677)	(5.213)	(5.740)	(34.594)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(708)	(242)	(5.068)	(7.454)
Taxas, Alvaras e Licenciamento	(2.930)	(629)	(5.662)	(8.603)
Outras Despesas	(8.126)	(5.996)	(25.885)	(19.860)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	27.563	31.932	86.201	95.956
Despesas Capitalizadas (4)	37.073	34.773	98.826	92.250
Totais das Despesas Administrativas	(285.926)	(284.426)	(1.064.741)	(824.801)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas	4.400	4.007	4.070	5.740
Venda de Ativos	1.126	4.887	4.076	5.748
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	48 1.174	158	297 4.373	386
Subtotal Outras Receitas Operacionais	1.174	5.045	4.373	6.134
Despesas Perdas Eventuais	(26)	(1)	(760)	(256)
Multas Ambientais	(36) (43)	(1) (1.318)	(769)	(256)
Baixas de Ativos	, ,	(3.666)	(857) (5.548)	(4.495)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(3.369)	, ,	(5.548) (373)	(9.249) (207)
Subtotal Outras Despesas Operacionais	(84)	(71) (5.056)		· ,
			(7.547)	(14.207)
Totais Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.358)	(11)	(3.174)	(8.073)

⁽¹⁾ Valor impactado, principalmente, pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no período;

⁽²⁾ Reflexo da provisão de serviços advocatícios relacionados com os Precatórios a Receber da ação do IRPJ;

⁽³⁾ Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

⁽⁴⁾ Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$121.323 (R\$86.634 no mesmo período de 2024), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2025, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. No 2T25, foi realizada a reversão do montante de R\$10.122, referente à Participação nos Resultados, em razão do não atingimentos das metas e da performance estabelecidas pela Administração para o exercício de 2024.

28. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas Financeiras	30/09/2023	30/03/2024	30/09/2023	30/09/2024
Aplicações Financeiras	113.708	45.435	245.540	145.795
Variações Monetárias Ativas	22.569	30.534	71.254	81.634
Variações Monetarias Ativas Variações Cambiais Ativas	6.486	4.669	20.490	4.669
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	0.400	6.280	27.635	18.720
Outras Receitas Financeiras	12.505	13.961	43.524	37.545
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	(8.753)	-	(120.084)	-
Subtotal	146.515	100.879	288.359	288.363
Juros Auferidos - Receita Precatórios (1)	47.454	-	2.247.462	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (2)	185.481	-	249.348	-
Totais das Receitas Financeiras	379.450	100.879	2.785.169	288.363
Despesas Financeiras				_
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos,				
Debêntures e Arrendamentos (3)	(169.177)	(124.810)	(437.718)	(372.262)
Variações Monetárias Passivas	(17.909)	(11.722)	(91.197)	(63.064)
Variações Cambiais Passivas	· -	(7.637)	(13.663)	(18.702)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros (4)	(11.685)	(5.354)	(50.021)	(9.745)
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais (5)	(17.988)	(155)	(200.425)	(185)
Outras Despesas Financeiras	(36.030)	(26)	(36.965)	(854)
Subtotal	(252.789)	(149.704)	(829.989)	(464.812)
Provisão Passivo Regulatório (6)	(77.823)	-	(1.652.925)	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (2)	-	-	(249.348)	-
Totais das Despesas Financeiras	(330.612)	(149.704)	(2.732.262)	(464.812)
Resultado Financeiro	48.838	(48.825)	52.907	(176.449)

- (1) Valor proveniente da atualização dos Precatórios a Receber relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;
- (2) Valor referente ao Ajuste a Valor Justo do Precatórios a Receber da Ação do IRPJ, inscrito no Orçamento da União (LOA 2025);
- (3) Aumento da base de cálculo dos juros em função da captação de recursos de terceiros, somado à variação da DI;
- (4) Impacto negativo da variação do Euro sobre as operações de SWAP contratadas pela Companhia;
- (5) Valor referente ao Ajuste a Valor Presente dos Ativos Financeiros Contratuais;
- (6) Provisão Regulatória relativa à ação do indébito tributário do IRPJ sobre o reflexo financeiro a ser compartilhado com os clientes da Companhia em faturamentos futuros de serviços de saneamento básico.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	01/01/2025 a 30/09/2025			01/01/2024 a 30/09/2024		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	3.465.768	2.195.196	5.660.964	3.319.964	2.085.404	5.405.368
Outras Receitas Operacionais	29.725	24.113	53.838	31.026	24.763	55.789
Total da Receita Operacional Bruta	3.495.493	2.219.309	5.714.802	3.350.990	2.110.167	5.461.157
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(221.038)	(178.989)	(400.027)	(216.414)	(172.731)	(389.145)
Receita Operacional Líquida	3.274.455	2.040.320	5.314.775	3.134.576	1.937.436	5.072.012
Custo	(1.493.845)	(857.143)	(2.350.988)	(1.394.944)	(762.415)	(2.157.359)
Lucro Bruto	1.780.610	1.183.177	2.963.787	1.739.632	1.175.021	2.914.653
Despesas Comerciais	(286.559)	(232.452)	(519.011)	(233.324)	(186.221)	(419.545)
Despesas Administrativas	(587.871)	(476.870)	(1.064.741)	(458.701)	(366.100)	(824.801)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.133.285	919.299	2.052.584	(4.490)	(3.583)	(8.073)
Resultado Financeiro	72.758	(19.851)	52.907	(62.303)	(114.146)	(176.449)
Programa de Participação nos Resultados	(66.986)	(54.337)	(121.323)	(48.180)	(38.454)	(86.634)
Provisões	11.529	8.693	20.222	125.623	100.474	226.097
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(23.418)	(19.000)	(42.418)	(20.880)	(16.666)	(37.546)
Provisão Passivo Regulatório	(851.278)	(690.540)	(1.541.818)	-	-	-
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	1.182.070	618.119	1.800.189	1.037.377	550.325	1.587.702
Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.810)	(28.137)	(81.947)	(297.436)	(157.789)	(455.225)
Lucro Líquido do Período	1.128.260	589.982	1.718.242	739.941	392.536	1.132.477
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	33,8%	27,9%	31,5%	31,0%	26,1%	29,1%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	34,5%	28,9%	32,3%	23,6%	20,3%	22,3%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	618.285	1.245.587	1.863.872	523.971	850.371	1.374.342
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP's	2.942.743	4.312.962	7.255.705	2.849.632	3.609.117	6.458.749
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	6.759.186	9.365.016	16.124.202	6.245.787	8.115.228	14.361.015
Depreciações e Amortizações do Período	(238.191)	(222.037)	(460.228)	(213.447)	(199.121)	(412.568)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.548.629	634.991	2.183.620	1.521.855	597.547	2.119.402
Total do Ativo	10.899.969	15.102.172	26.002.141	8.756.669	11.377.649	20.134.318
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	5.666.485	8.304.949	13.971.434	4.225.415	5.351.572	9.576.987
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.518.097	2.627.353	-	3.474.005	2.554.414	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	439.549	356.554	-	435.384	347.491	-

⁽¹⁾ Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

⁽²⁾ Apresentadas pelo valor bruto;

⁽³⁾ Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

⁽⁴⁾ Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

30. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$2.190.004, com vigência abrangendo o período de 13/03/2025 a 12/03/2026, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.249.491
Máquinas, Equipamentos e Veículos	860.681
Estoque	79.832
Totais	2.190.004

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2025 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 385 processos judiciais no montante de R\$411.183 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2027.

A Companhia também firmou contrato com a AKAD Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 16/01/2026.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de outubro de 2025, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$135.448 referente à Ação Judicial n° 0001968.8.16.0039. Esta ação, em fase de cumprimento de sentença, pleiteia indenização por danos patrimoniais a um imóvel objeto de desapropriação no município de Andirá. Com o apoio de seus assessores jurídicos, a Companhia classificou o passivo da seguinte forma: (i) Provisão (Probabilidade Provável): R\$87.320; e (ii) Passivo Contingente (Probabilidade Possível): R\$48.128. O valor de R\$48.128 foi classificado como Passivo Contingente devido à existência de discussões em andamento relacionadas, principalmente, aos juros compensatórios.

Em 21 de outubro de 2025, o Conselho Diretor da Agepar ratificou a decisão do Conselheiro-Presidente de adoção de medida cautelar para suspensão dos efeitos da previsão de compartilhamento de ganhos com recuperação de créditos fiscais (Nota Técnica nº 7/2024 – AGEPAR – DRE/CSB) até a manifestação final de mérito, decorrente da solicitação de manifestação feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR diante do questionamento formulado pela Associação Paranaense de Defesa dos Direitos do Consumidor (APDC). O Conselho Diretor da Agepar informou, ainda, que o tema possui caráter técnico e complexidade que requer análise detalhada pelas áreas competentes da Agência antes de decisão de mérito.

A Administração da Companhia, suportada na opinião de seu assessor jurídico, manteve os registros contábeis no 3T25, considerando as regras até então vigentes de compartilhamento do ganho da ação judicial de imunidade tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), uma vez que aguarda a análise e decisão de mérito pela Agepar, e até a data de aprovação das informações contábeis intermediárias ora apresentadas, não havia, por parte da Agepar, decisão de mérito sobre o tema.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 — Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e "ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – reconhecimento de provisão para passivo regulatório

Chamamos atenção para as notas explicativas nº 21 - Provisão Passivo Regulatório e nº 31 – Eventos Subsequentes das informações contábeis intermediárias, que descrevem o recebimento, pela Companhia, do montante de R\$ 4,05 bilhões decorrente de precatório judicial relacionado à imunidade tributária sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). A destinação desse montante está vinculada à análise regulatória realizada pela Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR), que suspendeu temporariamente a normativa que aprovava e previa o repasse de 75% dos ganhos extraordinários aos consumidores. Dessa forma, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seu assessor jurídico, adotou o procedimento de manter o registro contábil do passivo regulatório no percentual de 75% do montante, considerando as regras até então vigentes de compartilhamento do ganho da ação judicial de imunidade tributária de IRPJ, uma vez que, até a data de aprovação das informações contábeis ora apresentadas, não havia, por parte da AGEPAR, decisão de mérito quanto ao tema. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação

suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Curitiba, 28 de outubro de 2025.

WILSON BLEY LIPSKI Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR Diretor de Inovação e Novos Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

WILSON BLEY LIPSKI Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR Diretor de Inovação e Novos Negócios